DF DIÁRIO OFICIAL

Brasília, 25 de maio de 1988

ANO XII – Nº97

SUMÁRIO

ATOS DO GOVERNADOR 1
GABINETE CIVIL 1
GABINETE MILITAR 2
SECRETARIA DO GOVERNO 2
SECRETARIA DE FINANÇAS 3
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO 3
SECRETARIA DE SAÚDE 5
SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS 5
SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS ... 5
SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS 5
SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO 6
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA 8
PROCURADORIA GERAL 9
TRIBUNAL DE CONTAS 9
ATAS, CONTRATOS, CONVÊNIOS E BALANÇOS 13
EDITAIS, AVISOS E DECLARAÇÕES .. 19

ATOS DO GOVERNADOR

DECRETO Nº 11.112, DE 24 DE MAIO DE 1988

Dá nova redação ao § 1º, do artigo 46, do Decreto nº 10.974, de 31 de dezembro de 1987,

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

DECRETA:

Art. 1º — O parágrafo 1º, do artigo 46, do Decreto nº 10.974, de 31 de dezembro de 1987, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.46 — .....

§ 1º — Ficam excetuados do disposto nos incisos III, IV, V e VI, deste artigo, as dotações consignadas aos Órgãos Relativamente Autônomos e à Secretaria de Segurança Pública, e no inciso IV, as dotações consignadas às Administrações Regionais, às Administrações da Cidade Satélite do Núcleo Bandeirante, do Setor Residencial Indústria e Abastecimento e de Ceilândia".

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de maio de 1988
100º da República e 29º de Brasília

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA
Governador do Distrito Federal

CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO

ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL

DECRETO Nº 11:113, DE 24 DE MAIO DE 1988

Cria Comissão para a implantação de um Instituto do Coração no Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o item II do artigo 20 da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

DECRETA:

Art. 1º — Fica instituída, sob a supervisão direta do Governador do Distrito Federal, Comissão Executiva para promover todas as medidas necessárias à criação e implantação, em Brasília, de um Instituto do Coração (INCOR-Brasília) destinado a suprir a demanda de atendimento médico de nível terciário.

Art. 2º — A Comissão, presidida pelo Secretário de Saúde, será integrada pelo Chefe do Gabinete Civil do Governador do Distrito Federal, Dr. GUY AFFONSO DE ALMEIDA GONÇALVES, pelos Secretários de Finanças, Dr. MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO e Extraordinário para Assuntos Econômicos e de Reforma Administrativa, Dr. ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL, pelos representantes dos Ministérios da Saúde, Dr. GENIBERTO DE PAIVA CAMPOS, Da Educação, Dr. JOÃO JOSÉ CANDIDO DA SILVA, da Previdência e Assistência Social-INAMPS, Dr. JOSÉ RIBAMAR SERRÃO, da Universidade de Brasília, Prof. LUIZ FERNANDO JUNQUEIRA JÚNIOR, da Academia Nacional de Medicina, Prof. ALOYSIO SALLES, da Fundação Zerbini, Dr. SEIGO KSUZUKI, do Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social-INAMPS-DF, Dr. GERALDO RODRIGUES GUIMARÃES, Presidente da Sociedade Brasileira de Cardiologia, Dr. NELSON BRAULIO CALDAS MARINS e Dr. RUY BAYMA ARCHER DA SILVA, da Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

§ 1º — Os titulares da Comissão indicarão ao Secretário de Saúde os respectivos suplentes que os substituirão em suas ausências às reuniões convocadas, com direito a voto.

§ 2º — Na ausência do Secretário de Saúde, as reuniões da Comissão serão presididas pelo membro titular presente, na ordem indicada no "caput" deste artigo.

Art. 3º — A Comissão Executiva promoverá o desenvolvimento dos projetos e subprojetos indispensáveis à concretização do empreendimento e estudará as linhas de financiamento para a sua execução.

§ 1º — Para os efeitos deste artigo, a Comissão poderá propor ao secretário de Saúde a locação de serviços de profissionais qualificados ou a contratação de empresas especializadas bem como a realização de quaisquer despesas que se façam necessárias, inclusive as relativas ao fornecimento de passagens e à concessão de diárias para alimentação e pousada a técnicos sem vínculo com o Governo do Distrito Federal.

§ 2º — As despesas mencionadas no parágrafo anterior serão especificadas no Plano de Aplicação que a Comissão submeterá ao Governador.

§ 3º — Aprovado o Plano de Aplicação, serão postos à disposição do Secretário de Saúde os recursos correspondentes, com indicação do crédito orçamentário que fará face à despesa respectiva.

§ 4º — Cumprido o disposto no parágrafo anterior, fica o Secretário de Saúde autorizado a realizar a despesa prevista no Plano de Aplicação, na conformidade das necessidades evidenciadas pela Comissão instituída por este Decreto.

Art. 4º — As deliberações da Comissão Executiva serão tomadas por maioria simples de votos, presentes, pelo menos, dois terços de seus membros.

§ 1º — A Comissão proporá ao Governador os atos de sua alçada, indispensáveis ao cumprimento deste Decreto.

§ 2º — Das reuniões, lavrar-se-á ata sucinta, com registro das principais questões tratadas.

Art. 5º — Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de maio de 1988
100º da República e 29º de Brasília

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA
Governador do Distrito Federal

LAÉRCIO MOREIRA VALENÇA

Despacho:

PROCESSO Nº 040.005.416/87
INTERESSADO: JOSÉ ALCIDES DA SILVA E OUTROS
ASSUNTO: REQUEREM SEJAM CLASSIFICADOS COMO ÓRGÃO DE DELIBERAÇÃO COLETIVA DE 3º GRAU:

Nos termos dos Pareceres dos Senhores Secretários de Finanças, de Administração e Extraordinário para Assuntos Econômicos e de Reforma Administrativa, indefiro, obedecidas as normas legais e regulamentares.

Brasília, 20 de maio de 1988
JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA
Governador do Distrito Federal

GABINETE CIVIL

Orgãos Vinculados
Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação
ORDEM DE SERVIÇO Nº 041
DE 16 DE MAIO DE 1988

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA,

ESPORTES E RECREAÇÃO, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 22, Inciso V do Regimento deste Departamento, aprovado pelo Decreto nº 7.643 de 18 de agosto de 1983,

RESOLVE:

Dispensar a servidora MARIA SOUZA NASCIMENTO, matrícula nº 00.367-0, da função de Assistente , Código LT-DAI-112.3, a partir desta data, por ter sido designada para outra função.

Brasília-DF, 16 de maio de 1988

HEZIR ESPÍNDOLA GOMES MOREIRA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 042 DE 16 DE MAIO DE 1988

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTES E RECREAÇÃO, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 22, inciso V do Regimento deste Departamento, aprovado pelo Decreto nº 7.643 de 18 de agosto de 1983.

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, a servidora MARIA DAS DORES RABELO, matrícula nº 00.061-2, da função de Secretário Administrativo, Código LT-DAI-112.3, a partir desta data.

Brasília-DF, 16 de maio de 1988

HEZIR ESPÍNDOLA GOMES MOREIRA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 043 DE 16 DE MAIO DE 1988

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTES E RECREAÇÃO, no uso da competência que lhe é atribuída pelo artigo 22, inciso V do Regimento deste Departamento, aprovado pelo Decreto nº 7.643 de 18.08.83, e tendo em vista o disposto no artigo 3º do Decreto nº 5.674 de 16.12.80.

RESOLVE:

DESIGNAR MARIA SOUZA NASCIMENTO, Datilógrafo, matrícula 00.367-0, Código LT-SA-402, Referência NM-17, para exercer a função de Secretário Administrativo, Código LT-DAI-112.3.

Brasília, 16 de maio de 1988

HEZIR ESPÍNDOLA GOMES MOREIRA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 044 DE 16 DE MAIO DE 1988

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTES E RECREAÇÃO, no uso da competência que lhe é atribuída pelo artigo 22, inciso V do Regimento deste Departamento, aprovado pelo Decreto nº 7.643 de 18.08.83, e tendo em vista o disposto no artigo 3º do Decreto nº 5.674 de 16.12.80,

RESOLVE:

DESIGNAR ANTONIO SANATIEL DO NASCIMENTO, Técnico de Contabilidade, matrícula 70.113-0, Código LT-NM-802, para exercer a função de Assistente, Código LT-DAI-112.3, do Serviço de Promoções.

Brasília, 16 de maio de 1988

HEZIR ESPÍNDOLA GOMES MOREIRA

GABINETE MILITAR

PORTARIA DE 24 DE MAIO DE 1988

O CHEFE DO GABINETE MILITAR DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3º do Decreto nº 3.466, de 07.12.76,

RESOLVE:

Conceder gratificação pela Representação de Gabinete ao servidor JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA, Artífice de Manutenção e Restauração de Veículos, matrícula nº 09.361-0, pelo encargo de Oficial de Gabinete.

Brasília-DF, 24 de maio de 1988

JOÃO SERENO FIRMO - Cel PM

SECRETARIA DO GOVERNO

PORTARIA CONJUNTA SEG/SEF SAERA Nº 176 DE 24 DE MAIO DE 1988

Abre crédito suplementar no valor de Cz$ 21.000.000,00 (vinte e um milhões de cruzados), às dotações do orçamento vigente que especifica.

OS SECRETÁRIOS DO GOVERNO, DE FINANÇAS E EXTRAORDINÁRIO PARA ASSUNTOS ECONÔMICOS E DE REFORMA ADMINISTRATIVA, no uso da delegação de competência conferida pelo artigo 1º, inciso VII do Decreto nº 10.896, de 27 de outubro de 1987 e tendo em vista a autorização contida no artigo 8º, item I, da Lei nº 7.633 de 03 de dezembro de 1987,combinado com o artigo 41,item I, da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964 e o que consta do processo nº 030.002112/88,

RESOLVEM

1 — Fica aberto à Secretaria de Administração o crédito suplementar no valor de Cz$ 21.000.000,00 (vinte e um milhões de cruzados) nas seguintes dotações orçamentárias:
14001.03070212.028 — Direção e Coordenação dos Sistemas Administrativos.
000 — 3132.00 — Outros Serviços e Encargos.....5.255.000,00
14001.03070212.029 — Encargos com a Manutenção de Transportes Internos
000 - 3120.00 — Material de Consumo.....15.745.000,00

2 — O crédito suplementar de que trata o item anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, item III, da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964,pela anulação parcial da dotação orçamentária que se segue:
39000.99999999.999— Reserva de Contingência
000 - 9000.00 — Reserva de Contingência.....21.000.000,00

3 — Ficam alteradas as Cotas Trimestrais de Despesa, relativas ao 2º trimestre, de conformidade com os itens anteriores.

4 — Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de maio de 1988.

CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO

ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL

PORTARIA CONJUNTO SEG/SEF SAERA Nº 177 DE 24 DE MAIO DE 1988

Abre crédito suplementar no valor de Cz$ 605.800.000,00 (seiscentos e cinco milhões e oitocentos mil cruzados), às dotações do orçamento vigente que especifica.

OS SECRETÁRIOS DO GOVERNO, DE FINANÇAS E EXTRAORDINÁRIO PARA ASSUNTOS ECONÔMICOS E DE REFORMA ADMINISTRATIVA, no uso da delegação de competência conferida pelo artigo 1º, inciso VI do Decreto nº 10.896, de 27 de outubro de 1987 e tendo em vista a autorização contida no artigo 8º, item I, da Lei nº 7.633 de 03 de dezembro de 1987, combinado com o artigo 41, item I, da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964 e o que consta do Processo nº 053.000302/88,

RESOLVEM:

1 — Fica aberto ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal o crédito suplementar no valor de Cz$ 605.800.000 ;00 (seiscentos e cinco milhões e oitocentos mil cruzados) nas seguintes dotações orçamentárias:
22004.06301782.061 — Serviços do Corpo de Bombeiros
009 - 3111.01 — Vencimentos e Vantagens Fixas.....5.185.296,00
009 - 3112.01 — Vencimentos e Vantagens Fixas.....334.138.229,00
009 - 3112.02 — Despesas Variáveis com Pessoal Militar 62.975.404,00
009 - 3113.00 — Obrigações Patronais 200.000,00
009 - 3253.00 — Salário-Família.....3.001.071,00
22004 .15824952.062 — Encargos com Inativos e Pensionistas do Corpo de Bombeiros.
009 - 3251.00 — Inativos 184.624.557,00
009 - 3252.00 — Pensionistas 14.239.701,00
009 - 3253.00 — Salário- Família 1.435.742,00

2 — O crédito suplementar de que trata o item anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, item II, da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, pelo Excesso de Arrecadação proveniente das Transferências da União, conforme Decreto nº 96.078, de 20 de maio de 1988.

3 — O valor a que se refere a presente Portaria integrará o 2º trimestre das Cotas Trimestrais de Despesa vigentes.

4 — Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de maio de 1988

CARLOS MURÍLO FELÍCIO DOS SANTOS

MARÇO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO

ARLECIO ALEXANDRE GAZAL

DF DIÁRIO OFICIAL

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor Responsável:
Wanderley Diniz

Editor:
Antonio Castelo Branco

Conselho Diretor:
Cezar Bado — Clemente Luz — Moacir de Oliveira e Osvaldo Peralva

Telefones:

Redação: (direto) 225-7803
PABX: 225-6830 — Ramal 312

MATÉRIA PAGA:

Página Inteira ..... Cz$ 35.040,00
Centímetro de Coluna ..... Cz$ 292,00

PORTARIA CONJUNTA SEG/SEF/SAERA Nº 178 DE 24 DE MAIO DE 1988.

Abre crédito suplementar no valor de Cz$ 1.298.938.000,00 (um bilhão, duzentos e noventa e oito milhões, novecentos e trinta e oito mil cruzados), às dotações do orçamento vigente que especifica.

OS SECRETÁRIOS DO GOVERNO, DE FINANÇAS E EXTRAORDINÁRIO PARA ASSUNTOS ECONÔMICOS E DE REFORMA ADMINISTRATIVA, no uso da delegação de competência conferida pelo artigo 1º, inciso VI do Decreto nº 10.896, de 27 de outubro de 1987 e tendo em vista a autorização contida no artigo 8º, item I, da Lei nº 7.633 de 03 de dezembro de 1987, combinado com o artigo 41, item I, da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964 e o que consta do processo nº 054.001012/88,

R E S O L V E M:

1 - Fica aberto à Polícia Militar do Distrito Federal o crédito suplementar no valor de Cz$ 1.298.938.000,00 (um bilhão, duzentos e noventa e oito milhões, novecentos e trinta e oito mil cruzados) nas seguintes dotações orçamentárias:

22003.06301772.060	- Policiamento Ostensivo e Fardado	
009 - 3112.01	- Vencimentos e Vantagens Fixas.	1.044.756.900,00
009 - 3112.02	- Despesas Variáveis.....	130.637.400,00
009 - 3113.00	- Obrigações Patronais.....	575.300,00
009 - 3253.00	- Salário-Família.....	2.836.400,00
22003.15824952.092	- Encargos com Inativos e Pensionistas da Polícia Militar	
009 - 3251.00	- Inativos.....	88.777.600,00
009 - 3252.00	- Pensionistas.....	30.545.800,00
009 - 3253.00	- Salário-Família.....	808.600,00

2 - O crédito suplementar de que trata o item anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, item II, da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964, pelo Excesso de Arrecadação proveniente das Transferências da União, conforme Decreto nº 96.078, de 20 de maio de 1988.

3 - O valor a que se refere a presente Portaria integrará o 2º trimestre das Cotas Trimestrais de Despesa vigentes.

4 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília,24 de maio de 1988.

CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO

ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL

SECRETARIA DE FINANÇAS

Junta de Recursos Fiscais

PEDIDO DE REVISÃO Nº 01/87
REQUERENTE: Ronaldo Lemes
REQUERIDA: Junta de Recursos Fiscais
RELATOR: Conselheiro Gilberto Alves Nery

ACÓRDÃO Nº 86/88 (4395)

EMENTA: **IMPOSTO DE TRANSMISSÃO — BENFEITORIAS** — O Imposto de Transmissão não incide sobre as benfeitorias comprovadamente promovidas pelo adquerente do imóvel.

Vistos, relatados e discutidos os autos do Pedido de Revisão nº 01/87, em que é requerente Ronaldo Lemes e requerida Junta de Recursos Fiscais, acorda este Colegiado, à unanimidade, conhecer do pedido e lhe dar provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator e notas taquigráficas.

Sala das Sessões-Brasília-DF, 10 de maio de 1988

JOÃO BISPO
DOS SANTOS JÚNIOR
Presidente

GILBERTO ALVES NERY
Redator

RECURSO VOLUNTÁRIO Nº 13/88
RECORRENTE: Ricardo Pires Durães
RECORRIDA: Secretaria de Viação e Obras
RELATOR: Conselheiro Luiz Gonzaga Theodoro

ACÓRDÃO Nº 85/88 (4394)

EMENTA: **ESTACIONAMENTO DE VEÍCULO SOBRE CALÇADA** — Estacionar veículo sobre calçada de via pública constitui infração tipificada no artigo 305 do Código de Edificações de Brasília, sujeitando-se o infrator às penalidades previstas no Decreto "N" nº 738/68.
MULTA

MULTA — ANTECEDENTES — Na fixação da multa deve-se considerar esse fator, entre outros, como circunstância relevante.

Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso Voluntário nº 13/88, em que é recorrente Ricardo Pires Durães e recorrida Secretaria de Viação e Obras, acorda a Junta de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para lhe dar provimento parcial, no sentido de reduzir a penalidade aplicada para 1/4 (um quarto) do Valor de Referência vigente à época da infração, nos termos do voto do Conselheiro Relator e notas taquigráficas. Ausentes à votação os Conselheiros Walter Basniaki Linhares e Wellington Carlos Batista, este justificadamente.

Sala das Sessões-Brasília-DF, 05 de maio de 1988

JOÃO BISPO
DOS SANTOS JÚNIOR
Presidente

LUIZ GONZAGA THEODORO
Redator

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 18 DE 17 DE MAIO DE 1988.

O SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I, do artigo 37 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.893, de 13 de maio de 1975, e tendo em vista o disposto no Parecer nº 81/88 do Conselho de Educação do Distrito Federal, conforme Processo nº 030.010551/85-GDF,

RESOLVE:

1 - Autorizar o funcionamento, por 04 (quatro) anos, do Centro de Ensino de 1º Grau Oswaldo Cruz, localizado na EQNO 4/6 - Área Especial "A" - Ceilândia-Distrito Federal, mantido pela Sociedade-Colégio Oswaldo Cruz, com sede no mesmo endereço.

2 - Autorizar o funcionamento da Educação Pré-Escolar, nas modalidades Maternal e Jardim de Infância, com adoção do Planejamento Didático aprovado pelo Parecer nº 81/88-CEDF.

3 - Autorizar o funcionamento do Ensino de 1º Grau - de 1ª a 8ª série, com adoção da proposta curricular aprovada pelo Parecer nº 81/88-CEDF.

4 - Validar, até a presente data, os atos escolares praticados pelo Estabelecimento com base no Regimento Escolar apresentado.

5 - O Centro de Ensino de 1º Grau Oswaldo Cruz fica sujeito a inspeção do ensino nos termos da legislação em vigor.

Brasília, 17 de maio de 1988.

FABIO VIEIRA BRUNO

PROCESSO Nº: 030.005625/88
INTERESSADO: ANDRES BOBENRIETH MISERDA

HOMOLOGO o Parecer nº 078/88-CEDF, de 09.05.88, aprovado por unanimidade pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, em sessão plenária da mesma data, cuja conclusão é pela declaração de equivalência do curso concluído porANDRES BOBENRIETH MISERDA, no Ginásio de Los Cerros,em Bogotá,Colômbia,ao de 2º. Grau do Sistema de Ensino do Distrito Federal, para os exclusivos fins de prosseguimento de estudos.

Em 16.05.88
FÁBIO VIEIRA BRUNO
Secretário da Educação
do Distrito Federal

PROCESSO Nº: 030.005730/88
INTERESSADO: Associação de Pais de Alunos das Escolas do Distrito Federal.

HOMOLOGO o Parecer nº 77/88-CEDF, de 02.05.88, aprovado por unanimidade pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, em sessão plenária da mesma data, com referência ao pedido de credenciamento, junto àquel Colegiado, da Associação de Pais de Alunos das escolas particulares do Distrito Federal, cuja conclusão é do seguinte teor:

"a) Inexistindo legalmente a figura pretendida do credenciamento, não há como se deferir o pleito;

b) Os pais, contudo, têm representação na CEnE junto ao CEDF,por intermédio das Associações de Pais e Mestres, desde o advento do Decreto nº 93.911, de 12.01.87 (conforme Decreto nº 10.152, de 24.02.87);

c) Públicos são os atos e as sessões do Conselho que podem ser acompanhadas por qualquer interessado, independentemente de quaisquer formalidades".

Em, 16.05.88

FABIO VIEIRA BRUNO
Secretário da Educação
do Distrito Federal

PROCESSO Nº: 030.005612/88
INTERESSADO: Conselheiro ALOÍSIO OTÁVIO PACHECO DE BRITO

HOMOLOGO o Parecer nº 75/88-CEDF, de 02.05.88, aprovado por unanimidade pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, em sessão plenária da mesma data, que conclui pela desnecessidade de se dar conhecimento aos estabelecimentos de ensino particular do nome dos pais ou responsáveis, com referência às reclamações dos preços cobrados pelos serviços educacionais prestados aos seus filhos ou dependentes menores, uma vez que o próprio Conselho de Educação detém o poder de fiscalizá-los.

Em, 16.05.88
FÁBIO VIEIRA BRUNO
Secretário da Educação
do Distrito Federal

PROCESSO Nº: 030.005184/88
INTERESSADO: CHRISTIANO ARAÚJO PETICACIS

HOMOLOGO o Parecer nº 79/88-CEDF, de 09.05.88, aprovado por unanimidade pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, em sessão plenária da mesma data, cuja conclusão é pela declaração de equivalência do curso concluído por CHRISTIANO ARAÚJO PETICACIS, na 10ª Escola de 2º Grau de Thessalonica, Grécia, ao de 2º Grau do Sistema de Ensino do Distrito Federal, para os exclusivos fins de prosseguimento de estudos.

Em 16.05.88.
FÁBIO VIEIRA BRUNO
Secretário da Educação
do Distrito Federal

PROCESSO Nº: 030.010551/85
INTERESSADO: CENTRO EDUCACIONAL OSWALDO CRUZ.

HOMOLOGO o Parecer nº 081/88-CEDF, de 09.05.88, aprovado por unanimidade pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, em sessão plenária da mesma data, cuja conclusão é do seguinte teor:

"— Autorizar o funcionamento, por quatro anos, do Centro de Ensino de 1º Grau — "Oswaldo Cruz", situado na EQNO 04/06 — Área Especial "A" — Ceilândia-DF;

— Aprovar o Panejamento Didático para o Maternal e Jardim de Infância;

— Aprovar a proposta curricular apresentada para o Ensino de 1º Grau, devendo costituir anexo do presente parecer a respectiva grade;

— Validar os atos escolares praticados pelo estabelecimento até a presente data, à luz do seu regimento interno".

Em, 17.05.88
FABIO VIEIRA BRUNO
Secretário da Educação do
Distrito Federal

PROCESSO Nº: 030.004903/86
INTERESSADO: Instituto de Educação Jean Piaget Ltda.

HOMOLOGO o Parecer nº 67/88-CEDF, de 20.04.88, aprovado por unanimidade pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, em sessão plenária da mesma data, que conclui pelo reconhecimento da Escola Pedacinho do Céu — Asa Norte, para ministrar a educação anterior ao 1º grau (creche, maternal e jardim de infância).

Em, 17.05.88
FABIO VIEIRA BRUNO
Secretário da Educação do
Distrito Federal

ORDEM DE SERVIÇO DE 09 DE MAIO DE 1988

A CHEFE DO GABINETE DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 29-SEC, de 21 de junho de 1985,

RESOLVE:

Autorizar, nos termos do Decreto nº 3.857, de 19.09.77, alterado pelo Decreto nº 5.476, de 18.09.80, a prestação de serviços extraordinários, no período de 1º a 31 de maio de 1988, aos servidores relacionados no quadro anexo.

Brasília-DF, 09 de maio de 1988

MARIA MARTA CINTRA

QUADRO A QUE SE REFERE A ORDEM DE SERVIÇO DE 09 DE 05 DE 1988.

MATRÍCULA	N O M E	CÓDIGO	REFERÊNCIA	Nº DE HORAS
01.314-5	Herman Ribeiro	TP-602-C	NM-27	60
03.894-6	Expedita R. de Carvalho	TP-602-C	NM-17	40
03.916-0	Francisco C. de Souza	TP-602-C	NM-23	40
04.025-8	João José Ribamar O. Lopes	SA-401-S	NM-32	60
04.141-6	Luiz Gonzaga Lima	TP-602-C	NM-19	40
04.159-9	Manoel Luciano da Silva	TP-602-C	NM-18	40
04.196-3	Maria da Glória Batista	SA-401-S	NM-31	40
04.286-2	Nilza Angelin Ferreira	TP-602-C	NM-18	40
04.613-2	Alcídio Ribeiro	TP-602-C	NM-18	40
04.641-8	Ana Benedita de Sales	TP-602-C	NM-18	40
04.714-7	Aurelino da Silva	TP-602-C	NM-18	40
04.902-6	Eloya Andrade Farias	SA-401-S	NM-32	40
05.068-7	Isabel dos S. Veloso	TP-602-C	NM-22	40
05.117-9	José Izidro da Silva	TP-602-C	NM-19	40
05.141-1	Julia de Almeida Leite	TP-602-C	NM-18	40
12.414-1	Miguel Sobrinho	TP-602-C	NM-19	40
16.640-5	Antonio R. da Mota	ART.504-C	NM-19	40
16.730-4	Jair Ferreira dos Santos	TP-602-C	NM-21	40
25.325-1	Márcia Martins Lacerda	SA-402-S	NM-22	40
03.344-8	Maria Valéria Sobrinho	TP-602-B	NM-23	40
04.112-2	Juvenal Cassiano Costa	TP-602-C	NM-19	40
26.960-3	José Soares da Silva	SA-402-A	NM-10	60
27.477-1	Kedna Sá Viveiros da Cruz	SA-402-A	NM-09	60

ORDEM DE SERVIÇO DE 20 DE MAIO DE 1988

A CHEFE DO GABINETE DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência que lhe foi conferida pelo item I, alínea "o", da Portaria nº 29-SE, de 21 de junho de 1985,

RESOLVE:

DISPENSAR, por estar sendo designado para outra função AIRTON GOES MESQUITA, Agente Administrativo, matrícula 03.706-0, Código SA-401, Referência NM-32-S, da Função de Chefe da Seção de Pessoal, Código DAI-111.3 da Divisão de Administração Geral, da Secretaria da Educação do Distrito Federal.

Brasília-DF 20 de maio de 1988

MARIA MARTA CINTRA

ORDEM DE SERVIÇO DE 20 DE MAIO DE 1988

A CHEFE DO GABINETE DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência que lhe foi conferida pelo item 1, alínea "o", da Portaria nº 29-SE, de 21 de junho de 1985,

RESOLVE:

DESIGNAR MÁRCIA MARIA SILVA DA ROCHA, Agente Administrativo, matrícula 22.781-1, Código LT-SA-401, Referência NM-26, para exercer a função de Chefe da Seção de Pessoal, Código LT-DAI-111.3, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria da Educação do Distrito Federal.

Brasília-DF, 20 de maio de 1988

MARIA MARTA CINTRA

ORDEM DE SERVIÇO DE 20 DE MAIO DE 1988

A CHEFE DO GABINETE DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência que lhe foi conferida pelo item 1, alínea "o", da Portaria nº 29-SE, de 21 de junho de 1985,

RESOLVE:

DESIGNAR AIRTON GOES MESQUITA, Agente Administrativo, matrícula 03.706-0, Código SA-401-NM, Referência 32-S, para exercer a função de Secretário Administrativo, Código DAI-112.3 do Gabinete do

Secretário, da Secretaria da Educação do Distrito Federal.

Brasília-DF, 20 de maio de 1988

MARIA MARTA CINTRA

Divisão de Administração Geral
Seção de Pessoal

CANCELAMENTO DE SALÁRIO-FAMÍLIA

DESPACHO: Cancelo Salário-Família de:
NOME: JAIR FERREIRA DOS SANTOS
MATRÍCULA: 16.730-4
PELA DEPENDENTE: MARCIA CRISTINA FERREIRA DOS SANTOS, nascida em 26.12.68, sua filha, à partir de março/88.

Brasília, 17 de maio de 1988
AIRTON GOÉS MESQUITA
Chefe da SP/DAG/SE

Conselho Fiscal

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

ATA DA 995ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM DEZOITO DE MARÇO DE MIL E NOVECENTOS E OITENTA E OITO — 995ª R.O. DE 18.03.88.

Aos dezoito dias do mês de março do ano de mil e novecentos e oitenta e oito, às 08:00 horas e 30 minutos, na Secretaria dos Órgãos de Deliberação Coletiva, realizou-se a 995ª Reunião do Conselho Fiscal, sob a presidência do Senhor Paulo Leite de Lacerda e com a presença dos Senhores Conselheiros Francisco de Freitas e Benedito Afonso de Freitas Falcão. Lida e aprovada a ata da reunião anterior, o Conselho passou à pauta do dia: 1°) Processos de n°s 082000148/88, 082000151/88, 082000246/86, 082000582/88 e 082012445/87. Interessados: Jardim de Infância 114-Sul, Centro Educacional n° 09 da Ceilândia, Centro de Ensino de 1° Grau GAN, Centro de Ensino de 1° Grau do Guará e a Escola Parque 313/314-Sul, respectivamente. Relator. Dr. Paulo Leite de Lacerda. O Colegiado examinou os processos e decidiu pelo acolhimento dos termos dos relatórios da Comissão de Tomada de Contas Especial, e, pelo encaminhamento dos mesmos, através da Diretoria Executiva, ao Departamento de Auditoria/SEF para o cumprimento das formalidades previstas no artigo 24, inciso IX do Ato Regimental n° 09/80-TCDF, devendo, posteriormente, ser remetido ao Colendo Tribunal de Contas do Distrito Federal. 2°) Processo n° 082000242/88. Interessado: Direção de Ensino Regular. Assunto: contratação de ônibus executivo. Relator: Dr Francisco de Freitas. Após exame do Colegiado, o mesmo decidiu considerar irregular a dispensa de licitação e encaminhar os autos ao senhor Diretor-Executivo, para conhecimento e providências cabíveis. 3°) Processo n° 08200169/88. Interessado Fundação Universidade de Brasília. Assunto: Emissão de Nota de Empenho. Relator: Dr. Francisco de Freitas. O Conselho analisou os autos e decidiu considerar regular a dispensa de licitação. 4°) Processos de n°s 08200540/88 e 08200853/88. Interessados: Comissão de Transporte da FEDF e Direção de Assistência ao Educando, respectivamente. Assunto: Aquisição de Vale-Transporte e Passes e, Aquisição de Passes de Ônibus. Relator. Dr. Benedito Afonso de Freitas Falcão. O Colegiado estudou os autos e decidiu baixá-los em diligência, concedendo um prazo de 15 dias para que a Diretoria Executiva possa esclarecer as informações solicitadas. 5°) Balancete Patrimonial e Financeiro do mês de dezembro de 1987. Relator: Dr. Benedito Afonso de Freitas Falcão. O Conselheiro-Relator, após analisar a matéria, registrou "que o exercício de 1987, se apresenta como um ano de avanço no sistema de Contabilidade da Fundação Educacional do Distrito Federal com sua informatização, na busca da modernização e agilização dos trabalhos além das inumeráveis vantagens que tal fato acarreta"; e votou pela aprovação dos citados balancetes. O Colegiado acatou o voto do Relator, assinando a Resolução n° 55. 6°) Foram analisados pelo Conselho e devolvidos aos seus Orgãos de origens os Processos de n°s 082000368/88, 082000313/88, 082000345/88, 08200181/88, 082000180/88 e 082000464/88. Nada mais foi tratado.

EDMÊ PEREIRA SILVA
Secretária dos Órgãos de Deliberação Coletiva da Fundação Educacional do Distrito Federal.
Substituta

SECRETARIA DE SAUDE

PORTARIA Nº 003/88-SES, DE 16 DE MAIO DE 1988

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32, item XVIII, do Regimento aprovado pelo Decreto n° 2.976, de 12 de agosto de 1975,

RESOLVE:

Constituir Grupo de Trabalho integrado pelos profissionais a seguir relacionados, objetivando a implementação do Centro de Referência em Multidrogaterapia para a Macro Região Centro-Oeste.

Arlete Avelar Sampaio — DSP (Coordenadora)
Antônio Sérgio V.Lopes FHDF
Aldenice Cosseiro de C.Filho — ISDF
Fabíola de A. Nunes — UnB/NESP
Izelda Maria C. Costa — HDA

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 16 de maio de 1988

LAÉRCIO MOREIRA VALENÇA

SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS

Fundação do Serviço Social
Diretoria Executiva

ORDEM DE SERVIÇO DE 16 DE MAIO DE 1988

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o item VII da Instrução n° 033 de 19.05.86.

RESOLVE:

Designar a servidora ROSALI DA CONCEIÇÃO COSTA, como Executor Técnico do Convênio n° 08/88, celebrado entre esta Fundação e as Obras Sociais da Paróquia de São Sebastião de Brazlândia.

Brasília, 16 de maio de 1988

GUSTAVO AUGUSTO
A. RIBEIRO

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

PORTARIA-SVO, DE 20 DE MAIO DE 1988

O SECRETÁRIO DE VIAÇÃO E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1°, item I, alínea "a", do Decreto n° 7.321, de 22 de dezembro de 1982, com a nova redação dada pelo Decreto n° 8.100, de 1° de agosto de 1984,

RESOLVE:

Designar LINA JOSEFINA DE CASTRO ALMENDRA, para exercer a Função de Confiança de Assessor, Código LT-DAS-102.3, do Secretário de Viação e Obras do Distrito Federal.

Brasília, 20 de maio de 1988

CARLOS MAGALHÃES
DA SILVEIRA

(Republicado por haver saído com incorreção do original no DODF de. 23.05.88)

PORTARIA-SVO, DE 20 DE MAIO DE 1988

O SECRETÁRIO DE VIAÇÃO E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 3°, alínea "a" do Decreto n° 5.004, de 20 de dezembro de 1979, alterado pelo Decreto n° 6.608, de 09 de fevereiro de 1982,

RESOLVE:

DESIGNAR, a partir desta data, ATAHUALPA SCHMITZ DA SILVA PREGO, Engenheiro, Código NS-710.S, Referência NS-25, matrícula n° 21.598-8, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para responder pela Diretoria do Departamento de Licenciamento e Fiscalização de Obras, Código DAS-101.4, da Secretaria de Viação e Obras do Distrito Federal, até a designação de um titular.

Brasília, 20 de maio de 1988

CARLOS MAGALHÃES
DA SILVEIRA

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

PROCESSO Nº: 030.006089/88
INTERESSADO: CB PUBLICIDADE LTDA.
ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO DE DESPESA E EMISSÃO DE EMPENHO.

De acordo cm o inciso I, dos artigos 46 e 47, das Normas de Execução Orçamentária e Financeira do Distrito Federal,, aprovadas para 1988, Decreto 10.974/87, e com a Delegação de Competência outorgada pela Portaria n° 028/87-SSP, autorizo a realização da despesa e determino a emissão do respectivo Empenho no valor de Cz$ 48.000,00 (quarenta e oito mil cruzados), na Atividade 2.051 —COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES DE TRANSPORTES COLETIVOS, CONTROLE E ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, Subelemento de Despesa 3.1.3.2 — Outros Serviços e Encargos, a favor da firma "CB PUBLICIDADE LTDA", objetivando 08 (oito) assinaturas do jornal 'Correio Brasiliense'.

Em, 10.05.88

DJAURO RAMOS DE OLIVEIRA
Secretaria de Serviços Públicos
Chefe do Gabinete

PROCESSO Nº: 030.000573/88
INTERESSADO: DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL — DIN
ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO DE DESPESA E EMISSÃO DE EMPENHO

De acordo com o inciso I, dos artigos 46 e 47, das Normas de Execução Orçamentária e Financeira para 1988, Decreto n° 10.974/87, e com a Delegação de Competência outorgada pela Portaria n° 028/87-SSP, autorizo a

realização da despesa e determino a emissão do empenho no valor de Cz$ 1.190,80 (hum mil cento e noventa cruzados e oitenta centvos) na Atividade 2.051 — COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES DE TRANSPORTES COLETIVOS, CONTROLE E ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, Subelemento 3.1.3.2 — Outros Serviços e Encargos, à favor do 'DEPARTAMENTO DE IMPRNESA NACIONAL — DIN'', objetivando a complementação do Empenho nº 010/88-SSP.

Em, 10.05.88

DJAURO RAMOS DE OLIVEIRA
Secretaria de Serviços Públicos
Chefe do Gabinete

PROCESSO Nº: 030.010.031/85
INTERESSADO: AMADEU MATOS DA SILVA
ASSUNTO: INCORPORAÇÃO DE ADICIONAL INSTITUÍDO PELA LEI Nº 6.732/79

DESPACHO:

Com base nos elementos informativos constantes do presente processo, declaramos fazer jus a mais um adicional de 1/5 (um quinto) instituído pela Lei nº 6.732, de 04 de dezembro de 1979, com as correspondentes alterações introduzidas pelo Decreto-lei nº 2.153, de 24 de julho de 1984, o funcionário AMADEU MATOS DA SILVA, Agente Administrativo, Código SA-401.S, Referência NM-32, matrícula nº 02.345-0, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, pelo exercício de Encargo de Função de DAI.3.NM, nos períodos de:

a) de 08.05.85 a 07.05.86 = 1/5 do DAI-3M
b) de 08.05.86 a 07.05.87 = 2/5 do DAI.3M
c) de 08.05.87 a 07.05.88 = 3/5 do DAI.3M
d) de 08.05.88 em diante = 4/5 do DAI.3M.

Brasília, 17 de maio de 1988

JOSÉ CAVALCANTE SANTANA
Diretor

Conselho do Transporte Público Coletivo do Distrito Federal

RESOLUÇÃO Nº 440/88 CTPC/DF

O CONSELHO DO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das competências que lhe confere o artigo 2º, inciso X, do Decreto nº 9.269, de 13 de fevereiro de 1986, e tendo em vista a análise feita pelo Núcleo de Controle de Operação do Departamento de Transportes Urbanos, e o voto do Conselheiro JOSÉ ANTÔNIO DE ALENCASTRO E SILVA, lavrado às fls. 57-v do Processo nº 030.015835/87,

RESOLVE

1. Determinar ao Departamento de Transportes Urbanos que emita Nota de Débito/Crédito no montante necessário ao pagamento à Viação Alvorada Ltda do valor referente à produção quilométrica admitida de 243,84 km (duzentos e quarenta e três quilômetros, oitocentos e quarenta metros), correspondente à validação de 07 das 15 viagens objeto do recurso constante das fls. 50 a 56 do Processo nº 030.015835/87, relativo ao período de 16 a 31 .07.87..

2. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília. 16 de maio de 1988

Presidente: JOSÉ CARLOS MELLO
Membros: JOSÉ ANTONIO DE ALENCASTRO E SILVA; CLAUDIO ANTONIO FONTES DIÉGUES; ARTHUR COELHO DE MELLO; MIGUEL RAMIREZ SOSA; DAMÁSIO BATISTA DE LUCENA; IVELISE M. LONGHI PEREIRA DA SILVA, CLÓVIS EMILIO COSTA NOGUEIRA E CARLOS ANTONIO DE SOUZA DANTAS.

RESOLUÇÃO Nº 442/88-CTPC/DF

O CONSELHO DO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das competências que lhe confere o artigo 2º, inciso X, do Decreto nº 9.269, de 13 de fevereiro de 1986, e tendo em vista a análise feita pelo Núcleo de Controle de Operações do Departamento de Transportes Urbanos, e o voto do Conselheiro MIGUEL RAMIREZ SOSA, lavrado às fls. 70-v do Processo nº 030.014022/87,,

RESOLVE:

1. Negar provimento ao recurso apresentado pela Viação Alvorada Ltda, quanto às 12 viagens não admitidas pelo Departamento de Transportes Urbanos, referentes ao período de 16 a 30.06.87.

2. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de maio de 1988

Presidente: JOSÉ CARLOS MELLO,
Membros: MIGUEL RAMIREZ SOSA; IVELISE M. LONGHI PEREIRA DA SILVA; DAMÁSIO BATISTA DE LUCENA; CARLOS ANTONIO DE SOUZA DANTAS; ARTHUR COELHO DE MELLO; CLÓVIS EMILIO COSTA NOGUEIRA; JOSÉ ANTONIO DE ALENCASTRO E SILVA; CLÁUDIO ANTONIO FONTES DIÉGUES

RESOLUÇÃO Nº 452/88 CTPC/DF

O CONSELHO DO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das competências que lhe confere o artigo 2º, inciso X, do Decreto nº 9.269, de 13 de fevereiro de 1986, e tendo em vista o voto do Conselheiro CARLOS ANTÔNIO DE SOUZA DANTAS, constante do Processo nº 030.011236/87,

RESOLVE:

1. Negar provimento ao recurso apresentado pela Viação Pioneira Ltda., referente à multa no valor de Cz$ 3.832,08 (três mil, oitocentos e trinta e dois cruzados e oito centavos), que lhe fora aplicada através da O.S. nº 590/87-DTU/SSP.

2. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de maio de 1988

Presidente: JOSÉ CARLOS MELLO.
Membros: CARLOS ANTÔNIO DE SOUZA DANTAS; JOSÉ A. DE ALENCASTRO E SILVA; MIGUEL RAMIREZ SOSA; IVELISE M. LONGHI P. DA SILVA; CLÓVIS EMILIO COSTA NOGUEIRA; ARTHUR COELHO DE MELLO; DAMÁSIO BATISTA DE LUCENA

RESOLUÇÃO Nº 455/88-CTPC/DF

O CONSELHO DO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das competências que lhe confere o artigo 2º, inciso X, do Decreto nº 9.269, de 13 de fevereiro de 1986, e tendo em vista a análise feita pelo Núcleo de Controle de Operações do Departamento de Transportes Urbanos, e o voto do Conselheiro CARLOS ANTONIO DE SOUZA DANTAS, lavrado às fls. 277-v, do Processo nº 030.015838/87,

RESOLVE:

1. Determinar ao Departamento de Transportes Urbanos que emita Nota de Débito/Crédito no montante necessário ao pagamento à Viação Pioneira Ltda do valor referente à produção quilométrica admitida de 3.272,05 Km (três mil, duzentos e setenta e dois quilômetros e cinqüenta metros), correspondente à validação de 88 das 204 viagens objeto do recurso constante das fls. 255 a 276 do Processo nº 030.015838/87, relativo ao período de 16 a 31.07.87.

2. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de maio de 1988

Presidente: JOSÉ CARLOS MELLO;
Membros: CARLOS ANTONIO DE SOUZA DANTAS, CLÓVIS EMILIO COSTA NOGUEIRA, JOSÉ A. DE ALENCASTRO E SILVA, IVELISE M. LONGHI P. DA SILVA, CLÁUDIO ANTONIO FONTES DIÉGUES, ARTHUR COELHO DE MELLO, MIGUEL RAMIREZ SOSA e DAMÁSIO BATISTA DE LUCENA.

SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO

Fundação Zoobotânica do Distrito Federal

SESSÃO DE 11 DE MAIO DE 1988

PROCESSO Nº 073.001.684/88
INTERESSADO: JARDIM ZOOLÓGICO-FZ
ASSUNTO: Minuta do Serviço de Apreensão de animais.
RELATOR: GERALDO VILAÇA

RESOLUÇÃO Nº 229

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 456ª Sessão Ordinária e usando da competência que lhe confere o item V, artigo 22 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 4.708, de 21 de junho de 1979,

RESOLVE:

a) aprovar o novo Regulamento do Serviço de Apreensão de Animais do Jardim Zoológico da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, conforme ''Minuta'', às peças 12/17 deste processo;

b) revogadas as disposições em contrário, este Regulamento entrará em vigor a partir desta data.

Presidente: LEONE TEIXEIRA DE VASCONCELOS; Conselheiros: FRANCISCO MANOEL DA ROCHA POMBO VERA FILHO, PEDRO RIBEIRO BARBOSA, GERALDO VILAÇA, MARIO CAPP FILHO, JOSÉ IRINEU CABRAL e RICARDO DE AGUIAR ATTUCH.

REGULAMENTO DO SERVIÇO DE APREENSÃO DE ANIMAIS

DISPÕE SOBRE AS NORMAS REFERENTES À APREENSÃO DE ANIMAIS, DA COMPETÊNCIA DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA, NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CAPÍTULO 1

DAS COMPETÊNCIAS BÁSICAS:

Artigo 1º — Ao Serviço de Apreensão de Animais, unidade diretamente subordinada ao Jardim Zoológico, compete:

a) apreender animais encontrados em logradouros públicos e áreas abertas, em todo o perímetro do Distrito Federal, no âmbito de sua competência;

b) remover e albergar animais apreendidos;

c) recolher, dos respectivos proprietários, taxas de indenização de despesas realizadas com os animais apreendidos, respeitados os valores e limites fixados pelo Conselho Deliberativo da Fundação;

d) propor ao Chefe do Jardim Zoológico a utilização ou alienação de animais apreendidos e não reclamados no prazo estabelecido;

e) eliminar e dar os devidos fins aos animais portadores de doenças transmissíveis, mediante laudo técnico de um veterinário do Jardim Zoológico.

Artigo 2° — Ao Chefe do Serviço de Apreensão de Animais compete:

a) dirigir, coordenar e controlar a execução do Serviço;

b) propor a alienação e/ou utilização dos animais não reclamados dentro do prazo de 07 (sete) dias, a contar da efetiva apreensão;

c) tomar as providências cabíveis nos casos dos animais portadores de doenças transmissíveis, atestadas na forma da letra "e" do artigo 1°;

d) propor a alteração das taxas de indenização de despesas realizadas com os animais apreendidos à apreciação do Conselho Deliberativo da Fundação;

e) fornecer dados estatísticos em geral, mantendo atualizados os gráficos e mapas das atividades do Serviço;

f) adotar, ou quando for o caso, sugerir a adoção de medidas no sentido de melhorar a execução do Serviço;

g) providenciar a destinação final dos animais que forem apreendidos;

h) requisitar, manter e conservar o material permanente necessário ao Serviço;

i) requisitar o material de consumo do Serviço;

j) programar as atividades do Serviço, de acordo com as respectivas competências regimentais;

l) assinar expedientes e demais atos relativos às atividades de sua competência;

m) inspecionar os serviços de limpesas nas áreas de sua competência;

n) manter arquivos de documentos referentes ao Serviço;

o) promover a publicação e divulgação de editais e avisos para retirada ou alienação dos animais apreendidos;

p) apresentar mensalmente ao Chefe do Jardim Zoológico um relatório das suas atividades.

Artigo 3° — Aos animais que trata o presente regulamento, será dada a destinação prevista, sendo terminantemente proibido maltrato, ou prática de atos de crueldade contra os mesmos, sujeitando os responsáveis às sanções pertinentes.

CAPÍTULO 2

DA APREENSÃO DOS ANIMAIS:

Artigo 4° — O conceito de animal para, para efeito deste regulamento, compreende todos os animais domésticos, à exceção de cães e gatos.

Artigo 5° — Os animais encontrados nas ruas, praças, estradas, caminhos públicos ou áreas abertas, serão recolhidos ao depósito, pelo Serviço de Apreensão de Animais, com a cooperação das Administrações Regionais.

Artigo 6° — Compreende-se como áreas abertas, para efeito deste Regulamento, todo e qualquer imóvel nas zonas urbana e metropolitana, que não esteja devidamente fechado.

Artigo 7° — Toda apreensão de animais será anunciada ao Órgão Oficial do Distrito Federal, pelo Serviço de Apreensão, a fim de que os proprietários possam retirar do depósito os que lhes pertencerem.

Artigo 8° — O animal recolhido, em virtude do artigo 7°, poderá ser retirado dentro do prazo máximo de 07 (sete) dias, a contar da apreensão, mediante indenização das despesas de manutenção, transporte e outras estabelecidas na forma da letra "d" do artigo 1°.

Artigo 9° — Os animais reclamados dentro do prazo que trata o artigo anterior só poderão ser devolvidos aos respectivos proprietários, desde que habilitados com provas de identificação e de propriedade, e após o pagamento das taxas devidas, como indenização de despesas.

PARÁGRAFO ÚNICO — A prova de propriedade de que trata este artigo poderá ser testemunhal.

Artigo 10° — No cômputo das despesas dos animais apreendidos e em depósito, será observado o seguinte:

a) as frações de dias serão computadas como dias inteiros, para ressarcimento das despesas de trato;

b) o transporte do local da apreensão até o depósito será computado dentro dos valores fixados pelo Conselho Deliberativo;

c) a assistência veterinária dada aos animais será onerada ao proprietário, computando-se apenas o valor dos medicamentos utilizados;

d) as taxas de indenização de despesas realizadas com os animais apreendidos, obedecerão os seguintes limites:

	ANIMAIS	T A X A S
DIÁRIAS DE ALBERGAMENTO	GRANDE PORTE	25% do S.M.R.*
	MÉDIO PORTE	15% do S.M:R.
TAXAS DE APREENSÃO	GRANDE PORTE	6% do S.M.R.
	MÉDIO PORTE	8% do S.M.R.

(*) Salário-Mínimo de Referência

Artigo 11° — Não sendo o animal retirado no prazo fixado, o Serviço de Apreensão poderá propor ao Chefe do Jardim Zoológico a sua devida utilização e/ou alienação.

Artigo 12° — Fica o Serviço de Apreensão de Animais isento de qualquer responsabilidade quando da apreensão.

CAPÍTULO 3

DA ALIENAÇÃO:

Artigo 13° — Autorizada a alienação, esta será efetuada através de leilão, e/ou licitação pública, precedida das formalidades legais e publicação no Órgão Oficial do Distrito Federal, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas.

Artigo 14° — Em caso de licitação pública, o recebimento de propostas será iniciado no dia, hora e local previstos no edital de aviso, publicado na forma do anterior.

Artigo 15° — As propostas serão submetidas a uma Comissão Especial de Licitação, designada pelo Presidente da Fundação.

Artigo 16° — O prazo de retirada dos animais será de 48 (quarenta e oito) horas após a proclamação do vencedor, ficando sujeito ao pagamento das taxas de indenização de despesas por dia que exceder a este prazo, até o máximo de 7 (sete) dias.

Artigo 17° — O recolhimento do lance será efetuado de imediato tão logo se proclame o resultado.

Artigo 18° — A inobservância dos artigos 16° e 17° libera, de imediato, o Serviço de Apreensão de quaisquer obrigações para com o licitante vencedor, sem que lhe assista direito a qualquer reclamação.

Artigo 19° — Todo e qualquer pagamento será efetuado à vista, contra a apresentação de Guia fornecida pelo Serviço de Apreensão, de acordo com as exigências administrativas em vigor.

PARÁGRAFO ÚNICO — O presente capítulo reger-se-á pelas normas vigentes referente a leilão e licitações públicas.

CAPÍTULO 4

DA ELIMINAÇÃO:

Artigo 20° — Quando se constatar que o animal apreendido é portador de alguma doença transmissível, será o mesmo isolado, e solicitado, imediatamente, um laudo técnico competente.

Artigo 21° — Confirmada que a doença é transmissível, o animal será eliminado, mesmo que reclamado por seu legítimo proprietário.

Artigo 22° — Após a eliminação do animal, providências finais e imediatas serão tomadas na forma da legislação em vigor.

Artigo 23° — No caso de eliminação que trata este Capítulo, esta circunstância será reduzida a Termo, registrado em livro próprio no Serviço.

CAPÍTULO 5

DA UTILIZAÇÃO:

Artigo 24° — Os animais apreendidos e não reclamados nos prazos estabelecidos, e ainda os não utilizados, na forma do Capítulo 3 poderão ser utilizados para trabalhos pela Fundação.

Artigo 25° — Quando a utilização do animal para o trabalho for desaconselhável ou julgada ociosa e antieconômica, o Jardim Zoológico poderá optar pelo seu aproveitamento como alimento para os animais que o habitam.

Artigo 26° — Recaindo a opção na utilização do animal para o trabalho, o Serviço de Apreensão providenciará a sua entrega imediata ao órgão a que se destinar, mediante Corporação ao patrimônio da Fundação.

Artigo 27° — No caso de utilização alimentar, o animal será entregue ao Jardim Zoológico, que tomará as devidas providências para o abate.

Artigo 28° — As opções de que trata este Capítulo são da competência do Chefe do Jardim Zoológico, através de ordem interna ao Chefe do Serviço de Apreensão de Animais.

CAPÍTULO 6

DISPOSIÇÕES FINAIS:

Artigo 29° — O Chefe do Serviço de Apreensão de Animais, em suas faltas e

impedimentos eventuais, será substituído pelo servidor por ele indicado.

Artigo 30° — As dúvidas surgidas na aplicação deste Regulamento serão dirimidas pela Administração Superior da Fundação.

Artigo 31° — O presente Regulamento poderá ser modificado por decisão do Conselho Deliberativo da Fundação, mediante justificativa apresentada pela direção do Jardim Zoológico.

Artigo 32° — Ficam revogados os regulamentos anteriores referentes à matéria que este trata.

Brasília-DF, 11 de maio de 1988.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Polícia Civil do Distrito Federal

ORDEM DE SERVIÇO DE 06 DE MAIO DE 1988

O DIRETOR GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência que lhe foi conferida pelo item 2, alínea "b', da Portarai n° 037/87-SEP, de 07 de outubro de 1987,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1°, item I do artigo 2°, do Decreto n° 5.004, de 20 de dezembro de 1979, ANTÔNIO DE PÁDUA SILVA MIRANDA, Agente de Polícia, matrícula 19.268-6, Classe Especial, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir MÁRCIO ALVES RIBEIRO, Chefe da Seção de Furtos-DRF/CPE/PCDF, matrícula 20.912-0, Código DAI-111.3, por motivo de férias regulamentares, no período de 02 a 31.05.88.

Brasília, 06 de maio de 1988

EVALDO CARNEIRO

Polícia Militar do Distrito Federal

Diretoria de Pessoal

PORTARIA DE 15 DE ABRIL DE 1988

O DIRETOR DE PESSOAL DA POLÍCIA MILTAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3°, da Portaria PM-DF n° 020 de 08.10.85,

RESOLVE:

Conceder salários-famílias aos dependentes dos policiais militares abaixo relacionados, a contar das datas que se seguem:

Matrículas	Nomes	A contar de
00.426-X	Danilo B. de Holanda Júnior; Henrique Monteiro de Holanda	jan 88
00.462-6	Evandro Oliveira; Elisa Angel Oliveira	jan 88
00.467-7	João Furlanette Coneza; Wagner Maria de Sousa Coneza	jan 88
00.513-4	Antonio V. S. Rocha; Silvia Medeiros A. Rocha	fev. 88
01.408-7	Jorge Carias de Oliveira; Waldéa F. de Oliveira	jan 88
01.961-5	Adino Barbosa Migues; Sandra Finoco Miguez	jan 88
02.611-5	Abelardo de Souza Oliveira; Karen Loiany D. Oliveira	jan 88
02.769-3	Sebastião Caitano de Oliveira; Maria Abadia de Oliveira	jan 88
03.590-4	Antonio C. Rodrigues Macedo; Diogo Martins Macedo	fev 88
04.234-X	Afonso de Oliveira Souza; Walisson França Oliveira	mar 88
04.383-4	Elias Barbosa de Andrade; Maria de F. Alves de Andrade	mar 88
04.511-X	Ademir Pereira dos Santos; Alysson Bizerra dos Santos	jan 88
05.232-9	Agnaldo Gomes Fonsêca; Agnaldo Pereira Fonseca	mar 88
05.526-3	Alberto Gomes de Araújo; João Felipe M. de Araújo	mar 88
05.811-4	Gilberto Nunes Teixeira; Ana Nunes Teixeira	mar 88
05.814-9	Idermino Dias Rosa; Samuel Santos Dias	jan 88
05.833-5	Valdemar Teixeira de Carvalho; Micheline da Silva Carvalho	jan 88
06.130-1	José Valdemir da S. Sampaio; Karina de Oliveira Sampaio	fev 88
06.158-1	Cláudio Alberto Silva; Rayane Gomes Silva	mar 88
06.286-3	Arlindo Rodrigues do Nascimento; Aline Rodrigues de Miranda	jan 88
	Alinne Rodrigues Barbosa	jan 88
06.335-5	Antonio J. Rodrigues Frasão; Gislene Martins Frasão	fev 88
06.366-5	Josemar Lacerda dos Santos; Michelle Alves dos Santos	jan 88
06.481-5	Astrogildo Pereira Macedo; Graziane Teixeira Macedo	fev 88
06.582-X	Pedro José Batista; Pedro José Batista Júnior	jan 88
06.586-2	Reginaldo Alves de Lima; Leonardo de Mattos Lima	jan 88
06.592-7	Sálvio Donizeti de Melo; Diego da Silva Melo	jan 88
06.598-6	Ulício André da Silva; Yara Andréia Cordeiro Silva	jan 88
06.816-0	Carlos Pereira da Silva; Viviane Braga da Silva	fev. 88
06.868-3	Jorge Rocha dos Santos; Samuel Alves Rocha dos Santos	jan 88
06.929-9	Ronaldo Ferreira Pires; Ronaldo Machado Pires	jan 88
07.041-6	Jorge dos Santos Pereira; Miriam Assunção da Silva Pereira	fev. 88
07.145-5	Osvaldo Pereira dos Santos; Michel Braz dos Santos	jan 88
07.344-X	Adelmo Carlos dos Santos; Adelmo C. dos Santos Júnior	mar 88
07.362-8	Adalto Machado dos Santos; David Ricardo de Q.Machado	mar 88
07.378-4	Ronaldo José da Silva; Maria Helena da Silva	mar 88
07.387-3	Vantuir Antonio de Oliveira; Addan Alves de Oliveira	fev 88
07.489-6	Francisco das C. Pereira da Silva; Waslan Venâncio da Silva	jan 88
07.603-1	Francisco da Matris Duarte; Priscilla Oliveira Duarte	fev. 88
07.768-2	Carlos Pereira Lima; Bruno de Queiroz Lima	jan 88
07.793-3	João Seixas Estefânio; Camila Sant'Anna Estefânio	jan 88
07.968-5	Gideão P. Ribeiro; Thiago Mariz Ribeiro	jan 88
08.020-9	Paulino Correia dos Santos; Paulo E. S. Correia dos Santos	jan 88
08.070-5	Antonio C. dos S. de Farias; Maykon Sulivan R. de Farias	fev. 88
08.078-0	Alberto Carlos Costa; Keren Cristina Muniz Costa	jan 88
08.102-7	Douglas Magdaleno; Andressa de Souza Magdaleno	fev 88
08.117-5	Ermivaldo Silva; Norma Célia Pires Facundo	fev. 88
08.127-2	Francisco X. de Lucena Filho; Gabriel H. Lima Lucena	jan 88
08.186-8	Julio V. Xavier de Andrade; Álisson Silva de Andrade	mar 88
08.376-3	Carlos E. Pereira; Ilda Alves Pereira	fev 88
08.437-9	Rubens T. Paima da Silva; Weslayne Leonídia L. P. da Silva	fev 88
08.465-4	Elio Batista dos Santos; Elson Rodrigo de Brito Santos	fev 88
08.475-1	Carlos Alberto de O. Silva; Felipe Vieira Silva	jan 88
08.538-3	Ademar Pereira Nunes; Wesley Rosa Nunes	fev 88
08.702-5	Márcio Barbosa Coutinho; Maíra Valério Coutinho	jan 88
08.705-X	Marco Antônio Barboza; José Osório B. Barboza	jan 88
08.717-3	Amarildo Rodrigues da Silva; Maria do Socorro C. Rodrigues	jan 88
08.766-1	Edvaldo Eufrauzino de Souza; Sebastiana Ferreira de Souza	jan 88
08.873-0	Luiz Carlos Martins da Cunha; Larissa Marques Martins	jan 88
08.885-4	Antonio Valterni Resende; Éverton Mota Resende	jan 88
08.961-3	Luiz Orione dos Santos; Rogéria Lourenço dos Santos	fev 88
09.030-1	Antonio M. Pereira Lopes; Kelson Phelippe Alves Lopes	jan 88
09.131-6	Carlos Alberto de Queiroz; Ângela Maria Cruz de Queiroz	jan 88
09.298-3	William Eterno Licio; Vera L. Rodrigues Lício	jan 88
09.309-2	Sandoval Fernandes Cunha; Sandra Maria F. Cunha	jan 88
09.409-9	Ercil Lopes; Grazielle Wandila P. Lopes	fev 88
09.481-1	Severino Ramos do N. Júnior; Leonardo Marcell M. do Nascimento	jan 88
09.484-6	Vicente P. Alves Neto; Celma Maria da Silva Alves	jan 88
09.517-6	José Nilton Lopes; Ana Maria de Morais Nunes	jan 88
09.534-6	Aniceto José de Moura; Ana Karoline D. de Moura	jan 88
09.566-4	Nailor Reis dos Santos; Julio Reis Santos, Adélia Reis dos dos Santos	jan 88
09.623-7	Orcione José de Lima; Leandro Araújo Lima	jan 88
09.646-6	Samuel Feitosa de Abreu; Maria Lúcia S. Feitosa	jan 88
09.650-4	José P. Coelho Filho; Silvana Mourão Pereira	jan 88
09.673-3	Geraldo Antonio Celestino; Renata Silva Celestino	jan 88
09.692-X	Jânio Garcia Venturin; Olivina Cristina da S. Venturin	jan 88
09.724-1	Ediberto Rodrigues dos Santos; Elizete A. Pires dos Santos	jan 88
09.753-5	Francisco Evandro de Carvalo; Antonia F. de Carvalo	jan 88
09.809-4	Nelson Person Júnior; Miriam M. Person	jan 88
09.852-3	Macário Monsuêto Maia; Neuzimar Nascimento Maia	jan 88
09.898-1	Antonio Neto Alves; Diego Saraiva Alves	jan 88
09.904-X	José Edelmon da Silva; Ana Carolina Souza da Silva	jan 88
10.022-6	Ronaldo Nogueira da Cruz; Bruna Dafne Santos da Cruz	jan 88
10.119-2	Pedro Annunciação de Oliveira; Gisele de Jesus Monteiro	jan 88
10.130-3	Josivaldo Vasconcelos da Ponte; Luciene Albuquerque da Ponte	jan 88
10.148-6	Clovis Lira de Souza; Thais Lira de Sousa	jan 88
10.167-2	Carlos Souza dos Santos; Carlos Souza do S. Júnior	jan 88
10.206-7	Alaerte Lopes de Souza; Talles Murilo Lopes de Souza	fev 88
10.245-8	Edmilson Batista Gomes; Vanusa Maria F. Gomes	jan 88
10.275-X	Agnaldo de Oliveira Braga; Gilvanete A. da S. Braga	jan 88
10.307-1	José Mario de Almeida; Rafhael Godoi de Almeida	jan 88
10.386-1	Gilmar Vieira de Lima; Jaqueline Arêda de C. de Lima	jan 88
10.401-9	Antonio Silva Sousa; Maria José de C. Sousa	jan 88
10.405-1	Willian Vaz Veloso; Kátia Cristina M. Veloso	jan 88
10.447-7	Raimundo Pereira dos Santos; Maria do Socorro M. Santos	jan 88
10.518-X	Juarez de Sousa V. Filho; Solange da Silva Vieira	jan 88
10.541-4	Luiz J. Silva Coutinho; Auriene de M. M. Cotinho	jan 88
10.580-5	Ana Lúcia T. Barrêto; João de Deus Barrêto	fev 88
10.659-3	Antonio F. Félix de Matos; Marilene A. Teixeira de Matos	jan 88
10.739-5	José Carlos Lima; Wartriney Presilina Lima	fev 88
10.747-6	Salvador Geraldo da Silva; Kátia Malaquias da Silva	jan 88
10.811-1	Almir Henrique de L. Lima; Natália Maia Lima	jan 88
10.912-6	Cleoson F. de Sousa; Elza Freitas de Souza	jan 88
10.957-6	Hidemburgo S. Bezerra; Raimundo Conceição dos Santos	mar 88
10.999-1	Vera Lúcia R. Lício; Willian Eterno Lício	jan 88
11.052-3	Valdir Carlos Fernandes; Liana de Souza P. Fernandes	jan 88
11.151-1	Antonio Edvar da Silva; Sivonnete Santos Silva	jan 88
11.191-0	Roberto Q. de Souza; Anielly Lopes Queiroz	jan 88
11.269-0	João Valério da Silva; Adriana Aparecida da Silva	jan 88

11.290-9 Marco A. Alves de França; Juraci da Costa França; Rafael Alves de França jan 88
11.423-5 Gilmar Eduardo Herrero; Marisa de Sousa Matos jan 88

Brasília-DF, 15 de abril de 1988

GUMERCINDO RODRIGUES DA CUNHA FREIRE — TC QOPM
Diretor de Pessoal Interino

PORTARIA DP DE 29 DE ABRIL DE 1988

O DIRETOR DE PESSOAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e da competência delegada pela Portaria PMDF nº 020, de 08 de outubro de 1985,

RESOLVE:

Conceder aos servidores civis ADA ASSIS CARDOSO e outros, da Tabela de Pessoal Civil da Polícia Militar do Distrito Federal, constantes do anexo desta Portaria, a título de pagamento da remuneração das férias, os salários referentes ao mês de junho do ano em curso, de acordo com o art. 145 da CLT.

Brasília-DF, 29 de abril de 1988.

GUMERCINDO RODRIGUES DA CUNHA FREIRE — TC QOPM
mat. 00.036/1 — Diretor de Pessoal — Interino

Anexo da Portaria DP de 29 de abril de 1988.

Matrícula	Nome	Salário
80.027/9	Ada Assis Cardoso	Cz$ 14.286,28
80.032/5	Aníbal Lourenço da Silva	" 13.160,77
80.407/X	Dilma Lucia Silva	" 21.568,70
80.408/8	Danuzzia Barbosa da Silva	" 14.286,28
80.518/1	Eurídice Veiga de Souza	" 13.160,77
81.051/7	Jacilete Figueiredo Silva	" 11.957,35
81.318/4	Luciene Francisca Mendes	" 10.239,41
81.447/4	Maria Carmosina dos Santos	" 14.286,28
81.706/6	Olga da Silva Lima	" 11.355,45
81.804/6	Petronio Rodrigues	" 13.834,42

Brasília, DF, em 29 de abril de 1988.

ROBERVAL RAINER DE ARAÚJO - CAP QOPMA
Mat. 00.730/7 - Chefe da DP/4

PORTARIA DP DE 05 DE DE MAIO DE 1988

O DIRETOR DE PESSOAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e da competência delegada pela Portaria PMDF nº 020, de 08 de outubro de 1985,

RESOLVE:

Conceder aos servidores civis ALVINA GUIMARÃES SANTANA DE CARVALHO e outros, da Tabela de Pessoal Civil da Policia Militar do Distrito Federal, constantes do anexo desta Portaria, conforme Contrato para prestação de Horas Suplementares de Trabalho, de acordo com o art. 3º do Decreto nº 3.857, de 19 de setembro de 1977 e Adicional Noturno, conforme o art. 73 da CLT, as quantias correspondentes:

Brasília-DF, 05 de maio de 1988.

GUMERCINDO RODRIGUES DA CUNHA FREIRE - TC QOPM
Mat. 00.036/1 - Diretor de Pessoal Interino

ANEXO DA PORTARIA DP DE ___ DE MAIO DE 1988.

Matrícula	Nome	Nº de Horas Extras Mensal	No mês de Mai/88		A partir de Jun/88	
			Hora Extra	Adicional Noturno	Hora Extra	Adicional Noturno
80.009/0	Alvina G. S. de Carvalho	60	Cz$ 4.377,60	-	Cz$ 3.092,40	-
80.518/1	Eurídice Veiga de Souza	60	" 4.377,60	-	" 3.092,40	-
80.806/7	Hamilton Santana Rodrigues	32	" 2.177,28	Cz$ 836,35	" 1.452,16	Cz$ 557,57
80.902/0	Ítalo Ferreira do Amaral	32	" 2.255,36	" 866,04	" 1.503,36	" 577,28
80.905/5	Ivair Prata	32	" 2.177,28	" 836,35	" 1.452,16	" 557,57
81.014/2	José Márcio Gomes	32	" 2.255,36	-	" 1.503,36	-
81.306/0	Luiza Maria Teles Gomes	60	" 4.377,60	-	" 3.092,40	-
82.403/8	Vanívio Antonio da Silva	32	" 2.255,36	" 866,04	" 1.503,36	" 577,28
82.700/2	Yolanda Lindea Meirelles	60	" 4.377,60	-	" 3.092,40	-

Brasília, DF, em 04 de maio de 1988.

ROBERVAL RAINER DE ARAÚJO - CAP QOPMA
Mat. 00.730/7 - Chefe da DP/4

Departamento de Trânsito do Distrito Federal
Segunda Junta Administrativa de Recursos de Infrações - 2ª JARI
BOLETIM INFORMATIVO Nº 001/88

Resultado dos processos julgados pela Segunda Junta Administrativa de Recursos de Infrações de Trânsito--2ª JARI/DF, durante o mês de janeiro de 1988, referente a recursos interpostos contra aplicação de multas de Trânsito.

DECISÃO Nº 001/88

PROCESSO Nº: 00055.002432/87
INTERESSADO: ARTUR AUGUSTO A. DE A. AZEVEDO
RELATOR: MILTON BARBOSA RODRIGUES
RESULTADO: PROVIDO PARCIALMENTE

DECISÃO Nº 002/88

PROCESSO Nº: 00055.003174/87
INTERESSADO: JOSÉ PAULO ELEOTÉRIO
RELATOR: MILTON BARBOSA RODRIGUES
RESULTADO: NEGADO

DECISÃO Nº 003/88

PROCESSO Nº: 00055.003275/87
INTERESSADO: CARLOS PANCHO SOTO
RELATOR: MILTON BARBOSA RODRIGUES
RESULTADO: NEGADO

DECISÃO Nº 004/88
PROCESSO Nº: 000.003275/87
INTERESSADO: TEDDY WOODS LACERDA
RELATOR: MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO
RESULTADO: PROVIDO PARCIALMENTE

DECISÃO Nº 005/88

PROCESSO Nº: 00055.003337/87
INTERESSADO: ROBERTO GROSSE
RELATOR: MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO
RESULTADO: PROVIDO

DECISÃO Nº 006/88

PROCESSO Nº: 00055.002849/87
INTERESSADO: GEORGE SETTE MUNIZ
ASSUNTO: RECORRE CONTRA APLICAÇÃO DE MULTA
RELATOR: EROTIDES ALVES DE CASTRO
RESULTADO: PROVIDO PARCIALMENTE

DECISÃO Nº 007/88

PROCESSO Nº: 003205/87
INTERESSADO: MILTON DE MELO
ASSUNTO: RECORRE CONTRA APLICAÇÃO DE MULTA
RELATOR: EROTIDES ALVES DE CASTRO
RESULTADO: PROVIDO PARCIALMENTE

Brasília, 10 de abril de 1988

MARIA DAS GRAÇAS AMARAL COSTA
Secretária da 2ª JARI

PROCURADORIA GERAL

1ª Subprocuradoria

TERMOS REGISTRADOS NA 1ª SPR — DF — PUBLICAÇÃO CONFORME DECRETO FEDERAL Nº 78.382/76.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

PROCESSO Nº: 050.000.336/88 — PARTES: DF/SEP X RECAPAGEM AMAZONAS LTDA. OBJETO: Aditamento à nº 102/88-SEP. VALOR: Cz$ 100.000,00 (cem mil cruzados). NOTA DE EMPENHO Nº 276/88-SEP, emitida por estimativa em 25.04.88. Subelemento de Despesa 3.1.3.2.—28. PRAZO: Até 31.12.88. FUNDAMENTO LEGAL: Convite nº 013/88-CPL-SEP.TERMO PADRÃO 10/80.

Brasília, 02 de maio de 1988

TRIBUNAL DE CONTAS DO DF

PORTARIA Nº 117, DE 19 DE MAIO DE 1988

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 50, inciso XIX, da Resolução nº 07, de 18 de agosto de 1987, e tendo em vista o constante do Processo nº 915/88,

RESOLVE:

Dispensar, por justa causa, nos termos do artigo 482, alínea "i", da Consolidação das Leis do Trabalho, CLÁUDIO DA CONCEIÇÃO LOPES, Motorista Oficial, Código TCDF-LT-TP-1201, Classe "A", Referência NM-07, da Tabela de Pessoal dos Serviços Auxiliares.

Brasília-DF, 19 de maio de 1988

JOEL FERREIRA DA SILVA

PORTARIA Nº 118, DE 19 DE MAIO DE 1988

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 50, inciso XIX, da Resolução nº 07, de 18 de agosto de 1987, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1133/88,

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, a partir de 19 de abril do corrente ano, OZANAN

FERNANDO FERREIRA, do emprego de Motorista Oficial, Código TCDF-LT-TP-1201, Classe Especial, Referência NM-32, da Tabela de Pessoal dos Serviços Auxiliares deste Tribunal.

Brasília-DF, 19 de maio de 1988

JOEL FERREIRA DA SILVA

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

PARECER DO PROCURADOR DR. JOSÉ GUILHERME VILLELA proferido no Processo nº 0352/88, cujo julgamento consta da ata da 248ª Sessão Ordinária, de 05.05.88.

EMENTA

Estipêndios atrasados pagos a servidores públicos em decorrência de modificação de critérios administrativos. Juros moratórios e correção monetária.

1) A Fazenda Pública não resistiu culposamente ao pagamento da dívida, a qual, tão logo apurada na via administrativa, foi satisfeita, independentemente de qualquer procedimento judicial dos credores. Não há, pois, incidência de juros moratórios, que constituem sanção legal pelo retardo culposo do pagamento e, se houvesse, tais juros só se contariam a partir da citação inicial para a ação, que não chegou sequer a ser necessária.

2) A correção monetária igualmente é indevida, porque a Lei nº 6.899, de 8.4.81, que a estabeleceu para as obrigações de dinheiro, só a impõe em relação aos débitos resultantes de decisão judicial e, ainda assim, a partir do ajuizamento da respectiva ação, que, no caso, repita-se, não foi proposta pelos credores, cujo pagamento se fez na própria via administrativa.

3) Evolução da jurisprudência: conquanto a correção monetária haja resultado de lenta, progressiva e constante construção pretoriana, o STF ainda não autorizou a generalização da medida a obrigações de dinheiro, semelhantes às que são examinadas neste parecer (pagamento de estipêndios atrasados a servidores na própria via administrativa, por efeito de modificação de critérios de interpretação das leis).

4) Embora a linha evolutiva da jurisprudência faça supor que, permanecendo a aguda pressão inflacionária dos tempos atuais, se alcance, em futuro próximo, a generalização da correção monetária, o dever de **custos legis** inerente às atribuições do Ministério Público recomenda opinar pela ilegalidade das despesas em causa, que não estão autorizadas pela lei nem por orientação jurisprudencial invariável e constante da Suprema Corte.

PARECER

Acolhendo voto do eminente Conselheiro FREDERICO AUGUSTO BASTOS, o Eg. Tribunal solicita pronunciamento desta Procuradoria sobre eventual incidência de juros e correção monetária em atrasados pagos a servidores sob regime estatutário, relacionados com diferenças de estipêndios resultantes de alteração de critérios administrativos pertinentes aos chamados quintos da Lei nº 6.732/79.

2. Adianta o douto voto acima referido que não concorda com a tese sustentada pela ilustre Procuradoria-Geral do Distrito Federal, seja porque não existe lei autorizando o pagamento das mencionadas verbas, já que a Lei nº 6.899/81 se restringe aos débitos decorrentes de decisão judicial, seja porque não se pode aplicar, por extensão, a norma legal específica dos celetistas (Decreto-lei nº 75/66).

3. A meu ver, razão assiste ao eminente Conselheiro FREDERICO BASTOS, pelos motivos que passo a desenvolver.

II

4. Começo pela questão dos juros moratórios, assinalando que não subsiste a regra do art. 3º do Decreto nº 22.785, de 31.5.33, que privilegiava a Fazenda Pública. Segundo essa norma

"A Fazenda Pública, quando expressamente condenada a pagar juros de mora, por estes só responde da data da sentença condenatória com trânsito em julgado, se tratar de quantia líquida; e da sentença irrecorrivel que, em execução fixar o respectivo valor, sempre que a obrigação for ilíquida".

5. Sob a disciplina especial desse decreto, aliás, vieram as **Súmulas** 163 e 255 da Suprema Corte, que assim foram concebidas:

"**Salvo contra a Fazenda Pública**, sendo a obrigação ilíquida, contam-se os juros moratórios desde a citação inicial para a ação" (163).

"Sendo ilíquida a obrigação, os juros moratórios contra a Fazenda Pública, incluídas as autarquias, são contados do trânsito em julgado da sentença de liquidação" (255).

6. Mas o legislador aboliu qualquer privilégio do Fisco com a Lei nº 4.414, de 24.9.64, cujo art. 1º se redigiu nestes termos:

"A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e as autarquias, quando condenados a pagar juros de mora, por este (**sic**) responderão na forma do direito civil."

7. Diante dessa norma, foi cancelado o enunciado 255 (cf. ERE 74.244, de 21.11.73) e ficou sem sentido a ressalva introdutória da **Súmula** 163.

8. Disso resulta que, atualmente, tanto para a Fazenda Pública, quanto para os particulares em geral, os juros moratórios, sendo a obrigação ilíquida, contam-se da citação inicial para a ação judicial (nesse sentido, convergem as disposições dos arts. 1064 e 1536, § 2º, do C. Civ., e do art 219, **caput**, do C. Pr. Civil).

9. Como os atrasados pagos aos servidores não se inserem na categoria das obrigações líquidas — isto é, daquelas certas, quanto à existência, e determinadas, quanto ao seu objeto (C. Civ., art. 1533) — mas foram gerados por modificação dos critérios administrativos de cálculo dos estipêndios, forçoso é convir que só haveria incidência de juros a partir da citação inicial na ação proposta pelos servidores para reivindicar as diferenças em questão.

10. Tendo a Fazenda reconhecido administrativamente a dívida, não foi preciso acioná-la. Beneficiados os servidores pelo comportamento da Administração, que não recalcitrou em pagar-lhes, não pode ela arcar com juros moratórios, que são devidos como sanção ao retardo culposo do pagamento, que, a toda evidência, não houve. Quem paga espontaneamente obrigação ilíquida, não pode sofrer a pena pelo retardo, pois retardo não ocorreu. Isso basta, a meu juízo, para afastar a pretendida incidência dos juros moratórios.

III

11. O tema da correção monetária também não oferece dificuldade.

12. Dispôs a Lei nº 6.899, de 8.4.81, que, ao ver de alguns, autorizaria a correção monetária de uma dívida espontaneamente solvida pela Fazenda Pública:

"A correção monetária incide sobre **qualquer débito resultante de decisão judicial**, inclusive sobre custas e honorários advocatícios (art. 1º).

§ 1º — Nas execuções de títulos de dívida líquida e certa, a correção será calculada a contar do respectivo vencimento.

§ 2º — **Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação".**

13. As **verba legis** não permitem qualquer vacilação: essa lei só se aplica a débito resultante de decisão judicial, sendo o **dies a quo** para o cálculo da correção e do próprio ajuizamento do pedido.

14. O outro arrimo da tese da incidência da correção seria o Decreto-lei nº 75, de 21.11.66, o qual, no entanto, é específico para os débitos de natureza trabalhista, isto é, aqueles devidos pelas empresas a título de salários, indenizações e outras prestações impostas pela CLT e pelo Estatuto do Trabalhador Rural.

15. Se a legislação não obriga à correção monetária da dívida, que é de dinheiro, dela naturalmente o Distrito Federal se libera com o pagamento da importância apurada, não lhe sendo exigível a atualização do respectivo valor monetário.

16. Como foram invocados nos pareceres diversos acórdãos que poderiam justificar a correção, dedicarei o último tópico deste despretencioso parecer a uma breve referência à evolução dos critérios jurisprudenciais em torno do problema.

IV

17. A inalienável tarefa de fazer justiça aos credores lesados por devedores morosos ou inadimplentes em época de inflação galopante, que avilta os débitos pela depreciação da moeda em percentuais assustadores, não tem sido fácil para o Poder Judiciário. A dificuldade tem sido maior porque o legislador, além de soluções tópicas para problemas emergenciais, vem oferecendo medidas insuficientes e, algumas vezes, mais tímidas do que as próprias construções pretorianas.

18. Para acompanhar a evolução da prestigiosa jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, cujo acatamento deve, ao que penso, nortear as decisões administrativas nessa matéria, tomei as duas vertentes mais destacadas: a da desapropriação e a da responsabilidade civil.

a) Correção monetária nas desapropriações

19. No começo da década de 60, quando os efeitos da inflação tornaram-se mais ostensivos, situarei o momento inicial de minhas referências.

20. A crônica demora dos processos de desapropriação levava a uma realidade constrangedora: se o preceito constitucional já recomendava a **justa** e prévia indenização em dinheiro (C.F. de 46, art. 141, § 16), dominava o entendimento que, logo depois, se consubstanciou na **Súmula** 416, **verbis**: "pela demora no pagamento do preço da desapropriação não cabe indenização complementar além dos juros". Nesse quadro, ocorria não raro a situação exprobada na discussão de uma causa pelo eminente Ministro OSWALDO TRIGUEIRO: não é possível mandar pagar, pela perda de um imóvel no centro do Rio de Janeiro, uma indenização já insuficiente àquela época para a compra de um par de sapatos!

21. A primeira solução alvitrada para corrigir tão chocante anomalia foi uma segunda avaliação do imóvel desapropriado, que pudesse levar em conta valor mais atualizado. Esse entendimento prevaleceu, por exemplo, nos ERE 54.221, de 16.8.65, RTJ. 34/91, e no RE 63.091, de 8.11.67, RTJ. 43/277, relatados pelos Ministros EVANDRO LINS E SILVA e PRADO KELLY, respectivamente; lê-se na ementa do primeiro acórdão:

"Desapropriação. Não se cumpriu o preceito constitucional que manda pagar prévia e justa indenização.

Embargos recebidos para que se proceda nova avaliação" (RTJ 34/91).

22. Outra solução da fase inicial foi mandar indenizar com base no laudo do perito do expropriado, o qual, apesar da sua natural suspeição, "mais se aproxima do justo valor do imóvel", como afirmou o Ministro ADALÍCIO NOGUEIRA no RE 42.197, de 13.6.67, RTJ 41/752.

3. O instituto da correção monetária — verdadeiro achado brasileiro para conviver com a inflação — já se insinuava no direito positivo brasileiro, introduzido que foi pela Lei nº 4.347, de 17.7.64, a qual, como não surpreendeu, veio para defender o Fisco da desvalorização da moeda.

24. Seria, pois, natural que os credores da Fazenda passassem a advogar a aplicação, também em seu prol, da correção monetária. Repelindo uma dessas tentativas, o Ministro VICTOR NUNES declarou que o princípio da correção monetária só fora adotado pelo legislador em favor da Fazenda Pública e não contra ela e que, por isso, não se animava amodificar a orientação que a Corte até então vinha seguindo nas desapropriações (cf. ERE 51.670, de 7.12.65, RTJ. 32/484). Nesse voto concluiu:

"O que é preciso é que o legislador estabeleça um critério prático e justo, que poderá ser, eventualmente, o da correção monetária" (RTJ. 32/485).

25. A lei reclamada, embora ainda inaplicável àquela causa, já existia. Era a Lei nº 4.686, de 216.65, de iniciativa do Deputado GERALDO FREIRE, que acrescentou ao art. 26 da Lei de Desapropriações o seguinte parágrafo:

"Decorrido prazo superior a um ano a partir da avaliação, o Juiz ou o Tribunal, antes da decisão final, determinará a correção monetária do valor apurado".

26. Essa nova lei produziu os frutos esperados e a Corte, mercê dela ou além dela,pôde corrigir numerosas injustiças.

27. Desde logo afastou a objeção de ser inconstitucional sua aplicação aos processos pendentes (cf., entre numerosos outros, o RE 60.704, de 22.5.67, RTJ. 41/858, relator o Ministro DJACI FALCÃO).

28. Não prosperou outra objeção de índole constitucional, consistente na falta de iniciativa do Poder Executivo, que seria necessária numa lei de aumento de despesa (RE 63.329, de 18.4.68, RTJ, 45/344, relator o Ministro EVANDRO LINS E SILVA).

29. Pretenderam ainda os zelosos agentes da Fazenda Pública que essa correção ficasse restrita às desapropriações diretas, não abrangendo as indiretas, nas quais, paradoxalmente, o proprietário sofre a violação maior da turbação ou esbulho da respectiva posse, antes de qualquer procedimento judicial do expropriante. Não prevaleceu a pretendida restrição (RE 63.998, de 28.11.68, RTJ. 47/679, relator o Ministro OSWALDO TRIGUEIRO).

30. No voto proferido no RE 64.809, de 23.9.68, o Ministro VICTOR NUNES assim enunciou a posição da Corte sobre essa questão particular e anteviu a futura orientação quanto ao tema:

"É certo que a L. 4.686, na sua expressão literal, se limitou a alterar dispositivo da lei de desapropriação, parecendo ter ficado adstrita a esse processo especial. Na verdade, porém, estabeleceu um princípio novo que tende a ser ampliado a outros casos em que, analogamente, a composição do dano tenha de ser a mais justa possível" (RTJ.47/135).

31. Embora o STF há muito se venha mostrando muito cioso da ortodoxia do recurso extraordinário, o tecnicismo do prequestionamento não se exigiu para deferir correção ao expropriado, concedendo-a até **ex officio** (RE 65.671, de 2.12.68, RTJ. 49,348, relator o eminente Ministro OSWALDO TRIGUEIRO).

32. A expressão "decisão final" utilizada pelo legislador foi interpretada com largueza, acabando por alcançar qualquer fase anterior ao efetivo pagamento da indenização (RE 64.620, de 26.2.69, RTJ. 51/313, relator Ministro DJACI FALCÃO; RE 66.809 e 65.329, de 5.5.69, ambos relatados pelo Ministro THEMÍSTOCLES CAVALCANTI, e muitos outros).

33. Nem o obstáculo da coisa julgada deteve a marcha progressiva do Supremo. Mesmo nos processos findos, em que a indenização foi paga com grande atraso e moeda vil, admitiu-se uma ação de ressarcimento complementar para obter a correção monetária (RE 65.053, de 10.6.69, relator Ministro BARROS MONTEIRO; Ag. 47.040, de 14.8.040, de 14.8.69, DJ. de 26.8.69, f. 3.699, relator o Ministro LUIZ GALLOTTI; ERE 54.129, de 12.1.70, RTJ. 56/583, relator o Ministro THOMPSON FLORES).

34. Para limitar os efeitos da construção pretoriana, acudiu o legislador com a Lei nº 5.670, de 2.7.71, dispondo que "o cálculo da correção monetária não recairá, em qualquer caso sobre período anterior à data em que tenha entrado em vigor a lei que a instituiu", preceito que teria expressa aplicação aos casos pedentes de liquidação, de modo a livrar as desapropriações anteriores a 1965 dos ônus da correção.

35. A reação do Supremo não se fez esperar. Malograda a tentativa de declarar a inconstitucionalidade desse novo diploma limitativo da correção, apesar dos substanciosos votos vencidos dos Ministros LUIZ GALLOTTI, DJACI FALCÃO e ALIOMAR BALEEIRO (ERE 69.304, de 24.11.71, RTJ. 61/719, relator o Ministro BILAC PINTO), logo se encontrou fórmula hábil para distinguir a simples revalorização da dívida, que fica adstrita ao princípio da reserva legal, da efetiva fixação da indenização de prejuízos decorrentes de ato ilícito (ação de ressarcimento complementar pela demora no pagamento de indenização por desapropriação). Esse arbitramento poderia ser feito por qualquer critério de atualização do valor, inclusive através da aplicação da correção monetária sem a restrição imposta pela Lei nº 5.670/71 (cf. douto voto do Ministro RODRIGUES ALCKMIN no RE 74.581, de 17.5.73).

36. Seja pela força dessa doutrina, seja pelo longo tempo já decorrido do surgimento da Lei nº 4.686, de 1965, o certo é que a jurisprudência do primeiro decênio acabou consolidando-se na **Súmula** 561, que tem redação ampla:

"Em desapropriação, é devida a correção monetária até a data do efetivo pagamento da indenização, devendo proceder-se à atualização do cálculo, ainda que por mais de uma vez."

37. O advento da Lei nº 6.899/81, que nem todos os Juízes do Supremo consideram aplicável às desapropriações, porque elas se regem por lei específica (Lei nº 4.686/65), revigorou a jurisprudência, que, nesse tema, é, hoje plenamente satisfatória para conjurar qualquer lesão patrimonial produzida pela desvalorização da moeda (RE 97.575, de 26.10.82, RTJ. 105/427, relator o Ministro ALFREDO BUZAID; RE 100.748, de 8.6.84, Ministro NÉRI DA SILVEIRA; RE 100.902, de 16.12.83, relator o Ministro OSCAR CORRÊA).

b) **Correção nos casos de responsabilidade civil**

38. Antes mesmo de introduzir a correção monetária no terreno da responsabilidade civil, o Supremo já sentia a necessidade de adotar algum mecanismo que preservasse o poder aquisitivo da moeda da indenização. Assim, por exemplo, fixará na **Súmula** 490 que "a pensão correspondente à idenização oriunda de responsabilidade civil, deve ser calculada com base no salário mínimo vigente ao tempo da sentença e ajustar-se às variações ulteriores."

39. Num de seus doutos votos, o Ministro ALIOMAR BALEEIRO chegara a antecipar que o STF nas obrigações **ex delicto,** melhor precisando, "em todos os casos de responsabilidade civil não contratual", deveria admitir a correção monetária (ERE 69.304, de 24.11.71, RTJ. 61/742).

40. A esse tempo, tinha pleno acatamento na Corte Suprema, como assevera o Ministro THOMPSON FLORES no RE 71.050, de 16.11.71, RTJ. 59/848, o princípio da reserva legal em matéria de correção monetária. Referindo-se a ela, mostrava seu voto a "inviabilidade de concedê-la pela ausência de lei que a autorize" (RTJ. 59/849).

41. Desse ponto começou a jurisprudência a avançar para contemplar com a correção a indenização por fato ilícito, de que resultou dano de natureza pessoal, esclarecendo o Ministro AMARAL SANTOS no RE 70.289, de 18.2.71, RTJ. 57/438, que, nesse caso, "o valor a cobrir é o do momento do adimplemento, razão porque a desvalorização da moeda, entre a data do evento e a do adimplemento, recomenda a correção monetária."

42. O julgamento dos embargos no RE 71.050, mencionado no n. 40,**supra,** ensejou ao Ministro LUIZ GALLOTTI esta expressiva síntese da jurisprudência então prevalecente:

"Correção monetária. O Supremo Tribunal só a tem admitido em casos de danos de natureza pessoal **ou** quando a indenização tem caráter alimentar" (julgado de 2.12.71).

43. Escreveu AGUIAR DIAS, em trabalho forense, que "assolado o país pela inflação, tomou corpo o problema da atualização das dívidas de valor. Impor a sua quitação pelo valor nominal, seria carregar à parte inocente as conseqüências da desvalorização. No que toca à responsabilidade civil, a obrigação que dela derivou, de reparar o dano, consiste em restituir o prejudicado à situação anterior ao evento danoso. E é indiscutível mesmo para os mais caprichosos litigantes que não há reparação digna desse nome, se o prejudicado recebe menos do que corresponde ao efetivo ressarcimento, como acontece quando, no intervalo, a moeda sofreu forte depreciação" (f. 393 dos autos do RE 73.788).

44. A inegável verdade que se contém na advertência do insigne monografista da Responsabilidade Civil acabou encontrando ressonância no Supremo Tribunal, que, por após notáveis votos dos Ministros ALIOMAR BALEEIRO e RODRIGUES ALCKMIN, decidiu em conformidade com esta ementa, da lavra do último:

"Decisão que determina a atualização da importância dos danos, no pagamento, pela aplicação dos índices de correção monetária, por ser de valor a dívida.

Para que haja completa reparação do dano, a indenização como dívida de valor, deve ser atualizada com relação à data do pagamento. Entre os possíveis critérios a serem adotados para essa atualização, o de aplicar-se índice de correção monetária à estimativa já constante dos autos não ofende o direito federal e pode ser utilizado.

Recurso extraordinário conhecido e não provido" (RE 79.663, de 18.9.75, RTJ. 79/515).

45. Como essa doutrina, que distinguia a dívida de valor da dívida de dinheiro, vinha ao encontro das necessidades da Corte no propósito de fazer justiça aos credores, não demorou sua inserção na **Súmula,** sob o nº 562, ainda em pleno vigor:

"Na indenização de danos materiais decorrentes de ato ilícito cabe a atualização de seu valor, utilizando-se, para esse fim, dentre outros critérios, os índices de correção monetária."

46. Quando o legislador já previa várias hipóteses específicas de correção monetária e o STF já a assegurava para as dívidas de valor (indenizações por ato ilícito de que decorresse dano pessoal ou dano material) e nas de natureza alimentar, sobreveio a Lei nº 6.899, de 8.4.81, saudada por alguns como a esperada generalização da indispensável providência corretiva (desse teor, artigo do Dr. CARLOS A. DUNSHEE DE ABRANCHES **in Jornal do Brasil**).

47. Contrariando essa expectativa, o Supremo Tribunal deu à lei apliação restritiva, como se colhe destes arestos:

"Correção monetária de débito resultante de decisão judicial. A Lei nº 6.899, de 8.4.81, tem aplicação aos processos pendentes, **mas o cálculo da correção monetária não pode considerar período anterior ao início de sua vigência.** Agravo regimental não provido" (AR 723-Exec. (AgRg), de 18.11.81, RTJ. 99/532; AR 948-Exec. (AgRg), julgado conjuntamente, RTJ. 99/539, ambos relatados pelo Ministro XAVIER DE ALBUQUERQUE).

48. Estava quase a repetir-se aqui o que ocorrera com a Lei nº 5.670/71: o legislador da correção monetária ficara aquém daquilo que a jurisprudência, mesmo na ausência de lei, já pudera reconhecer. Providencialmente, a Corte, sem abjurar a interpretação estritíssima da Lei nº 6.899/81, evitou os efeitos mais danosos de sua aplicação, assentando pela palavra abalizada do Ministro MOREIRA ALVES, no RE 99.845, de 12.4.83, RTJ. 107/424, este entendimento:

"Continua em vigor a Súmula 562, uma vez que a Lei nº 6.899/81 não veio impedir a fluência da correção monetária nos casos em que, anteriormente, já era admitida, mas, sim, estendê-la a hipóteses a que essa correção não se aplicava (RE 97.264, 2ª. Turma)."

49. Feita tal abertura, a Suprema Corte pôde continuar a linha evolutiva de sua jurisprudência, também admitindo a correção monetária por efeito da convenção das partes, ou para reparação de culpa por inadimplemento contratual, já que esse ato ilícito relativo foi equiparado ao ato ilícito absoluto, em que já incidia a correção (cf. RE 100.240, de 17.12.85, RTJ. 117/1170, relator o Ministro DJACI FALCÃO).

50. Eis alguns julgados do Supremo Tribunal, que traduzem essa caudalosa e atual jurisprudência:

a) RE 90.635, de 24.4.79, RTJ. 95/335, relator o Ministro SOARES MUÑOZ:

"Responsabilidade Civil. Culpa Contratual. Correção monetária.

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que, a princípio, distinguia, para efeitos de correção monetária, a responsabilidade civil por ato ilícito da responsabilidade decorrente da culpa contratual, posteriormente as equiparou, para aquele fim, sob o fundamento matriz, consistente em que a obrigação do devedor não é a de pagar uma quantia em dinheiro, mas a de restaurar o patrimônio do credor na situação em que se achava, anteriormente, à lesão (RTJ. 73/956 e 76/623)."

b) RE 97.100, de 7.12.82, RTJ. 106/345, relator o Ministro ALFREDO BUZAID:

"Correção monetária. Há duas espécies de correção monetária: a) por dívida de valor decorrente de ato ilícito; b) por dívida de dinheiro, instituída pela Lei nº 6.899/81.

2. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal já assentou que, em ato ilícito contratual, incide a correção monetária.

3. Recurso extraordinário não conhecido."

c) RE 90.638, de 17.2.81, RTJ. 97/736, relator o Ministro LEITÃO DE ABREU:

"Ato ilícito contratual. Correção monetária. Seu cabimento, à vista da jurisprudência do STF. Recurso extraordinário conhecido e provido."

d) RE 81.451, de 21.10.75, ETJ. 76/623, relator o Ministro BILAC PINTO:

"Ato ilícito contratual. Perdas e danos. Possibilidade de sua atualização, conforme a recente orientação do Supremo Tribunal (RE 79.663, de 18.9.75), servindo, para este fim, os índices de correção monetária.

Recurso conhecido pela letra D, porém desprovido."

e) RE 96.893, de 11.6.82, RTJ. 103/441, relator o Ministro CORDEIRO GUERRA:

"Correção na composição de perdas e danos é admissível ainda que não pedida expressamente na inicial. Precedentes.

RE conhecido e provido."

f) RE 97.799, de 16.11.82, RTJ. 105/439, relator o Ministro ALFREDO BUZAID:

"Correção monetária. Ocorrendo divergência manifesta com a **Súmula**, conhece-se do recurso extraordinário.

2. Tratando-se de indenização de danos materiais decorrentes de ato ilícito e não de pagamento de dívida de dinheiro, cabe a atualização monetária de seu valor, abrangendo, outrossim, os honorários de advogado."

g) RE 100.737, de 9.12.83, **Ement.** 1.331-5, p. 864, relator o Ministro ALDIR PASSARINHO:

"Correção monetária. Início. Correção justificável independentemente da Lei nº 6.899-81.

Se, na conformidade da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, e conforme o enunciado da sua Súmula 562, cabia correção do débito, quando decorrente de ato ilícito, a partir do dano, não veio a ser tal critério modificado pela Lei nº - 6899-81.

A correção monetária a ser aplicada nos termos da Lei nº 6899-81, diz respeito àquelas hipóteses ainda não abrangidas por normas legais expressas ou pela jurisprudência já firmada, no particular, como é o caso de indenização por dano material decorrente de ato ilícito (Súmula 562).

Recurso conhecido e provido para que a correção monetária se faça nos termos da Súmula 562."

h) RE 101.452, de 13.3.84, **Ement.** 1.331-5, p. 939, relator o Ministro RAFAEL MAYER:

"Correção monetária. Dívida de valor. Lei nº 6899/81 (inaplicação). Execução de sentença.

— Confirmada pelo acórdão exequendo sentença de primeiro grau, datada de 1980, que concedeu correção monetária de prestações vencidas, reconhecidas como dívida de valor, pelo aspecto de ilícito contratual, descabe invocar, no recurso extraordinário sobre acórdão no processo de execução, a temática da Lei nº 6899/81. Recurso Extraordinário não conhecido."

i) RE 103.503, de 3.12.84, RTJ. 112/923, do mesmo relator:

"Execução de obra pública. Ilícito contratual. Correção monetária.

Se a Prefeitura recusou-se a pagar a obra pública que mandou executar e recebeu como boa, comete ilícito contratual cuja reparação reclama ampla correção monetária, a partir de quando verificado o agravo patrimonial.

— 1º Recurso extraordinário conhecido e provido, em parte, não conhecido o 2º Recurso."

j) RE 96.039, de 7.5.82, RTJ. 106/702, do mesmo relator:

"Correção monetária. Pedido inicial (omissão). Culpa contratual. 1) a correção monetária, embora não objeto do pedido, considera-se implícito por este. 2) Os prejuízos resultantes de inadimplência contratual devem propiciar completa reparação, com atualização do valor, sob pena de descumprir-se a regra de ressarcimento integral constante do art. 1.059 do Código Civil. Precedentes do Supremo Tribunal Federal.

Recurso extraordinário não conhecido."

l) RE 97.013 e Ag 88.276, de 28.6.83, RTJ. 106/1101, relator o Ministro DÉCIO MIRANDA:

"Civil. Contrato de construção.

"Civil. Contrato de construção. 1) Indenização por defeitos da obra contratada. Parcial concorrência de culpas reconhecida na instância ordinária. Matéria de prova. 2) Correção monetária. Devida na composição do prejuízo resultante do inadimplemento contratual. Cálculo a partir da data do laudo."

m) RE 99.521, de 28.6.83, RTJ. 106/1202, relator o Ministro RAFAEL MAYER:

"Correção monetária: Responsabilidade civil. Ato ilícito. Danos materiais. Dívida de valor. Súmula 562. Lei nº 6.899/81 (inaplicação). — 1. A circunstância de a própria autora ter realizado às suas custas obras de reparo do seu imóvel danificado, não transmuda o quantitativo despendido em dívida de dinheiro, pois, é dívida de valor, e, como tal, deve ser atualizado com relação à data do pagamento, para que haja completa reparação do dano. 2. A correção monetária, advinda com a Lei nº 6.899/81, com abrangência indiscriminada das dívidas de dinheiro ajuizadas, não infirma a construção jurisprudencial da atualização monetária, no sentido amplo, da dívida de valor, a qual tem a significação jurídica de propiciar a completa reparação do desfalque patrimonial resultante do ato olícito. — Recurso conhecido e provido."

n) RE 101.259, de 8.5.84, RTJ. 111/801, relator do Ministro FRANCISCO REZEK:

"(...) Se a dívida é de valor, cabe a correção monetária, se requerida, mesmo em relação a período anterior à Lei nº 6.899/81."

o) RE 102.056, de 23.11.84, RTJ. 117/239, relator o Ministro NÉRI DA SILVEIRA:

"Correção monetária. Indenização por ilícito contratual. A correção monetária deve, nesse caso, incidir, a partir do ato ilícito, que origina a rescisão contratual. Súmula 562. Precedentes do STF. Hipótese em que a correção monetária é devida, não em virtude da superveniência da Lei nº 6.899/81, que não se aplica ao caso. Recurso extraordinário conhecido e provido, para assegurar a correção monetária do valor da indenização, desde o ato ilícito e não somente a contar da vigência da Lei. nº 6.899/81".

51. Face ao exposto, pode-se dizer, em abreviado, que a Corte Suprema faz incidir a correção monetária nas chamadas dívidas de valor e nas dívidas de dinheiro, observando quanto a estas últimas os estritos termos da Lei nº 6.899/81.

52. Antes de finalizar este tópico, observo que a legislação pertinente ao Plano Cruzado, introduzida pelo Decreto-lei nº 2.284, de 10.3.86, teve o propósito de debelar o mal da inflação e de eliminar a correção monetária das dívidas, tanto que seu art. 7º proibiu a convenção sobre reajuste monetário. Esta norma, contudo, depois de alterada pelos subseqüentes Decretos-leis (2.288, de 23.7.86, e 2.2.89, de 9.9.86), veio a ser revogada pelo Decreto-lei nº 2.290, de 21.11.86, que virtualmente reconduziu a economia nacional ao **status quo ante**, dominado pela realidade da inflação. Em virtude de sua efêmera vigência, não teve essa norma restritiva maiores reflexos na jurisprudência da correção monetária.

c) Correção de estipêndios?

53. Ficou realçado que a despesa sob meu exame diz respeito a diferenças de estipêndios que a Administração pagou com atraso a seus servidores, porque resultaram de alteração de critérios administrativos na interpretação da conhecida Lei dos Quintos. Essa obrigação, ademais, não resultou de decisão judicial, mas foi espontaneamente solvida pelo Distrito Federal.

54. Penso que se trata, portanto, de dívida de dinheiro e, não, de dívida de valor, e que, como dívida de dinheiro, a espécie não se enquadra na Lei nº 6.899/81 nem é daquelas às quais e jurisprudência do STF vem prodigalizando o favor da correção monetária.

55. Para exemplificar, invoco alguns padrões;

a) RE 93.903, de 2.2.82, RTJ. 101/359, relator o Ministro DÉCIO MIRANDA — negou a correção monetária em caso de estipêndios de servidores públicos, pedida por efeito da consideração de que "os vencimentos e os salários têm privilégio de verba destinada a alimentos", e esclareceu que a correção só poderia ser alcançada na execução, segundo os estritos termos da Lei nº 6.899/81.

b) RE 97.526, de 12.11.82, RTJ. 104/435, do mesmo relator:

"Correção monetária. Deferida correção monetária sobre diferença de estipêndios de funcionário público, e feita incidir relativamente a período anterior à vigência da Lei nº 6.899, de

8.4.81, neste ponto contrariou-se o art. 153, § 3°, da Constituição, segundo tem afirmado o Tribunal em firme jurisprudência (v.g., Ag. Reg. na AR 948,Pleno de 9.9.81);"

c) RE 98.404, de 19.11.82, RTJ. 104.1279, relator o Ministro RAFAEL MAYER:

"Dívida do Estado por vencimentos. Execução. Correção monetária. Incidência da Lei n° 6.899/81. A Lei n° 6.899/81 tem aplicação imediata aos feitos pendentes, inclusive na fase de execução, devendo a correção ser calculada a partir da vigência da norma, **sem retroação.** Recurso extraordinário conhecido e provido em parte;"

d) RE 100.993, de 18.11.83, RTJ. 109/1250, relator o Ministro DJACI FALCÃO — num caso em que magistrados paulistas objetivavam o recálculo de seus vencimentos, negou-se a retroação da Lei n° 6.899/81;

e) RE 100.963, de 6.4.83, RTJ. 112/389, relator o Ministro ALDIR PASSARINHO — a correção de gratificação incorporada a vencimentos de policial militar foi dada nestes termos:

"Se a hipótese é daquelas em que a correção monetária é devida **apenas** em razão do advento da Lei n° 6.899, de 8 de abril de 1981, deve ela incidir **a partir somente da vigência desse diploma legal e não de data anterior";**

f) RE 99.746, de 23.8.83, RTJ. 113/1241, relator o Ministro NÉRI DA SILVEIRA — em ação de Produradores do Estado de São Paulo para pleitear adicionais e gratificação de sexta parte, afirmou o acórdão que a correção não era devida antes da Lei n° 6.899/81;

g) RE 100.317, de 6.4.83, RTJ. 114/1139, relator o Ministro ALFREDO BUZAID — caso análogo ao anterior de Promotor Público de São Paulo, visando a diferenças de vantagens funcionais;

h) RE 110.843, de 10.2.87, RTJ. 120/1331, relator o Ministro CARLOS MADEIRA — negou a proventos militares o benefício da correção monetária conforme a **Súmula** 562.

56. Todos esses julgados reafirmaram que as dívidas de dinheiro, como as diferenças de estipêndios em tela, só merecem a correção monetária de acordo com a Lei n° 6.899/81, que, a toda evidência, não se aplica ao caso vertente, em relação ao qual a orientação dominante no STF, ao que penso, não tolera aplicação daquele critério de atualização de dívida.

57. Não quero concluir esse parecer sem mencionar que é possível encontrar alguns casos que já vão assimilando benefícios previdenciários, proventos de aposentado e outras vantagens a dívidas de valor ou a prestações de natureza alimentar, para o efeito de assegurar-lhes correção monetária mais benéfica do que a contemplada na Lei n° 6.899/81. Desse teor, posso lembrar os seguintes:

— RE 94.583, de 21.9.82, RTJ 103/332, relator o Ministro OSCAR CORRÊA (aposentadoria previdenciária por invalidez, com aplicação subsidiária do Decreto-lei n° 75/66);

— RE 95.386, de 19.11.82, RTJ. 104/1191, do mesmo relator (auxílio-doença — correção concedida pela mesma construção);

— RE 100.719, de 2.5.84, RTJ. 109/797, relator o Ministro DJACI FALCÃO (complementação de pensão da FEPASA, em que foi acentuado o caráter nitidamente alimentar da dívida e aplicado o subsídio do DL. 75/66);

— RE 94.798, de 21.9.82, RTJ. 108/1159, relator o Ministro NÉRI DA SILVEIRA (benefícios previdenciários negados pela autarquia ao segurado, mas reconhecidos pela decisão com correção monetária como critério de atualização da dívida);

— RE 107.974, de 22.4.86, RTJ. 117/1335, relator o Ministro OCTÁVIO GALLOTTI ("Proventos de aposentadoria. Correção monetária incidente em período anterior ao da vigência da Lei n° 6.899/81, mas justificada pela configuração da dívida de valor, de natureza alimentar. Precedentes do Supremo Tribunal" — os precedentes citados são os REs 97.149, 95.017 e 97.639);

— RE 93.654, de 13.2.81, RTJ. 101/1214, relator o Ministro CUNHA PEIXOTO ("Reintegração de funcionário. Aplicação da correção monetária, por se tratar de reposição de soldo, equiparável a alimentos. Recurso extraordinário conhecido mas improvido").

58. Esses prestigiosos precedentes, que, a meu ver, não podem ter o condão de justificar a despesa impugnada neste parecer, já que não versam hipóteses perfeitamente idênticas à presente, deixam claro que continua válida a afirmação que o notável Ministro ALIOMAR BALEEIRO fez em 1975, ao votar no RE 79.663:

"A correção monetária é uma construção judiciária em evolução ainda não acabada" (RTJ. 79/517).

59. No entanto, se ao Ministério Público, como **custos legis,** cabe velar pela aplicação das leis, a tarefa de aprimorá-las, para que melhor realizem o ideal de Justiça, deve ser do legislador e do Juiz. Se o primeiro ainda não generalizou a correção monetária, como está a impor a inflação de 400% que hoje assola o País, e o Supremo Tribunal ainda não concluiu seguramente a construção pretoriana, que vem edificando ao longo dos últimos 30 anos, não posso admitir que esta obra seja terminada pelos ilustres Procuradores do Distrito Federal, que emitiram os substanciosos pareceres existentes nos autos.

V

60. Em suma, opino pela recusa de aprovação aos atos de despesa em causa, por me parecer indevida a inclusão de juros moratórios e de correção monetária em dívida de dinheiro que o Distrito Federal espontaneamente reconheceu e pagou.

Brasília, 13 de abril de 1988

JOSÉ GUILHERME VILLELA
Procurador

ATAS, CONTRATOS, CONVÊNIOS E BALANÇOS

PROCURADORIA GERAL

1ª SUBPROCURADORIA

EXTRATO DE ADITAMENTO A CONVÊNIO

PROCESSO N°: 030.005.817/88 — PARTES: DF/SC X FUNCEP. ESPÉCIE: Terceiro Aditamento ao Convênio n° 097/87, firmado entre as partes em 09.11.87. OBJETO: Suplementar Recursos. VALOR: Cz$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil cruzados), perfazendo o total de Cz$ 1.612,000,00 (hum milhão, seiscentos e doze mil cruzados). NOTA DE EMPENHO GLOBAL N° 043/88-SC, emitida em 04.05.88. DOTAÇÃO: Fonte de Recursos 00, Função 08, Programa 48, Subprograma 021, Projeto/Atividade 2.137. Subelemento de Despesa: 3.1.3.2.-99 PRAZO: Entra em vigor na data de sua publicação. Publicação no DODF às expensas do Distrito Federal. DATA DA ASSINATURA: 18 de maio de 1988.

Brasília, 19 de maio de 1988

PROCURADORIA GERAL

1ª SUBPROCURADORIA

EXTRATO DE CONTRATO N° 99/88

PROCESSO N° 094.000.209/88 — PARTES: DF/SLU X USIMECA — USINA MECÂNICA CARIOCA S/A. OBJETO: Aquisição de Coletores e Compactadores de Lixo, marca USIMECA. Modelo EZM-150-12. VALOR: Cz$ 30.574.815,60 (trinta milhões, quinhentos e setenta e quatro mil oitocentos e quinze cruzados e sessenta centavos). NOTA DE EMPENHO ORDINÁRIO N° 251/88-SEF, emitida em 19.04.88. DOTAÇÃO: Fonte de Recursos 00, Função 07, Programa 09, Subprograma 031, Projeto/Atividade 1.068-FUNDEFE. Subelemento de Despesa 4.3.1.3-01. ALTERAÇÃO DE NE N° 026/88-SEF, emitida em 23.05.88. PRAZO: 45 (quarenta e cinco) dias. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços n° 009/88-SLU. TERMO PADRÃO N° 10/80. DATA DA ASSINATURA: 11.05.88. PUBLICAÇÃO NO DODF às expensas da CONTRATADA.

Brasília, 23 de maio de 1988
(DAR — Cz$ 2.800,00)

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

ESPÉCIE: QUINTO TERMO ADITIVO N° 036/88-PJ-FHDF AO CONTRATO N° 013/86-PJ-FHDF.**CONTRATANTES:** FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL e a firma DINÂMICA — VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA. **OBJETO:** Alterar a redação da Cláusula Primeira do Quarto Termo Aditivo n° 018/88 ao Contrato n° 013/86. **VALOR:** Mensal global ao preço de setembro/87 de Cz$ 500.477,19 (quinhentos mil, quatrocentos e setenta e sete cruzados e dezenove centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÀRIA:** Proj/Ativ.: 2044 — Assistência Médico Hospitalar Regional de Brasília. Elemento de Despesa 3.1.3.2 — Outros Serviços e Encargos. Subelemento 39 — Vigilância e Segurança. N.E. N° 3057/87 e 3056/87. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** A partir da data de sua assinatura, até o término de vigência do Contrato Principal. **DESPESA DE PUBLICAÇÃO:** FUNDAÇÃO: **MODALIDADE DE LICITAÇÃO:** Concorrência n° 001/86, que deu origem ao Contrato Principal. **DATA DE ASSINATURA:** 26 de abril de 1988. PELA FUNDAÇÃO: LAÉRCIO MOREIRA VALENÇA. PELA CONTRATADA: EUNÍCIO LOPES DE OLIVEIRA.

TESTEMUNHAS:

VISTO;

REGINA CÉLIA B. L. CALHEIROS
Seção de Contratos e Convênios-FHDF
Chefe

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

ESPÉCIE: DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO N° 037/88-PJ-FHDF AO CONTRATO N° 008/86-PJ-FHDF. **CONTRATANTES:** FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL e a firma BRASÍLIA — EMPRESA DE SEGURANÇA LTDA. **OBJETO:** Alterar a Cláusula Primeira do Oitavo Termo Aditivo n° 023/88 ao Contrato n° 008/86-PJ-FHDF. **VALOR:** Mensal global ao preço de dezembro/87 de Cz$ 703.823,17 (setecentos e três mil, oitocentos e vinte e três cruzados e dezesete centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÀRIA:** Proj/Ativ.: 2.044 — Assistência Médico Hospitalar Regional de Brasília. Elemento de Despesa 3.1.3.2 — Outros Serviços e Encargos. Subelemento 39 — Vigilância e Segurança. N.E. N° 3.055/87. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** A partir da data de sua assinatura, até o término de vigência do Contrato principal. **DESPESA DE PUBLICAÇÃO:** FUNDAÇÃO. **MODALIDADE DE LICITAÇÃO:** Concorrência n° 001/86, que deu origem ao Contrato Principal. **DATA DE ASSINATURA:** 26 de abril de 1988. PELA FUNDAÇÃO: LAÉRCIO MOREIRA VALENÇA. PELA CONTRATADA. HONORIO PEREIRA DE CARVALHO.

TESTEMUNHAS:

VISTO;

REGINA CÉLIA B. L. CALHEIROS
Seção de Contratos e Convênios-FHDF - Chefe

FLORICE S/A. - FLORESTAMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO

SCS - EDIFÍCIO SERRA DOURADA SALA 109 - BRASÍLIA - DF

CGC/MF Nº 17.801.135/0001-59

BALANÇO – PATRIMONIAL Em: 30 de setembro de 1985

A T I V O

CIRCULANTE		
-DISPONÍVEL		
-Caixa	20.019.259,48	
-Banco c/Movimento	64.094.139,87	84.113.399,35
-REALIZÁVEL A CURTO PRAZO		
-Estoque de Produção		
-Café em côco	106.000.000,00	
-Café beneficiado	140.500.000,00	
-Soja	130.600.000,00	377.100.000,00
-Títulos a Receber		13.926.731,22
-Condom.Flor. Tocantins		17.335.711,00
-Diretores c/Particular		17.231.544,64
-Adiantamentos p/compras		18.005.620,00
-Aplicações Financeiras		813.200.000,00
-Adiantºs p/viagens		18.366.196,45
-Adiantºs p/serviços		35.705.428,00
-Imposto Renda retido Fonte		67.510.409,61 1.462.495.040,27
-REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
-Florestas em Formação		1.534.198.176,18
-Aplicações Financeiras - Ações		7.929,00
-Capital c/Terceiros		5.345.920,00
-Certif. Partic. a Emitir		3.022.449.990,75
-Semoventes		230.445.224,00 4.792.447.239,93
-PERMANENTE		
-INVESTIMENTOS		
-Incentivos Fiscais	161.172.528,00	
-EMBRAER	1.462,00	161.173.990,00
IMOBILIZADO		
-Imóveis Rurais	3.157.801.009,92	
-a transportar	3.157.801.009,92	6.416.116.270,20
-TRANSPORTE	3.157.801.009,92	6.416.116.270,20
-Propriedades Diversas	827.598.132,75	
-Florestas Formadas	251.969.388,39	
-Cafezal	58.290.638,81	
-Equipamentos Agrícolas	1.615.765.328,01	
-Veículos	415.270.428,82	
-Móveis e Utensílios	35.696.207,47	
-Sistema Rad.Comunicação	16.076.735,46	
-Benfeitorias	175.602.584,91	
(-)Deprec.Acumulada	1.240.056.380,40	1.018.354.904,27 5.314.014.074,01
(=) TOTAL DO ATIVO.....		CR$.- 11.730.130.344,21

P A S S I V O

CIRCULANTE		
-EXIGÍVEL A CURTO PRAZO		
-Fornecedores	492.526.227,53	
-Títulos a Pagar	95.250.000,00	
-Compromisso Compra e Venda	120.000.000,00	
-Financiamentos	8.888.789,98	
-Impostos e Taxas a Pagar	1.378.733,77	
-Credores Diversos	7.256.893,14	
-Provisão p/Imp.Renda a pagar	92.110.813,00	817.411.457,42
(=) TOTAL DO CIRCULANTE.....	CR$	817.411.457,42
-EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
-Soc. Cédo Conta Particip.	6.288.611.074,18	
-Financiamentos	18.495.899,13	
-Dividendos a Pagar	14.757.684,88	
-Provisão p/Imp.Renda Diferido	162.539.899,29	6.484.404.557,48
(=) SUB TOTAL.....	CR$	7.301.816.014,90
-PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
-CAPITAL SOCIAL		
-Capital Autorizado	400.000.000,00	
-Capital a subscrever	369.999.999,84	30.000.000,16
-RESERVAS DE CAPITAL		502.754.530,68
- Reservas de Lucros		110.103.981,92
- Lucros Acumulados		2.548.448.834,63
(=) a transportar.....	CR$	10.493.123.362,29
Transporte		10.493.123.362,29
Reserva da Corr.Monetária		461.198.936,40
Reserva Especial		775.808.045,52
(=) TOTAL DO PASSIVO.....	CR$	11.730.130.344,21

ERASILIA, DF, 30 de setembro de 1.985

FLORICE S/A Florest. Ind. Com. Export

FLORICE S/A Florest. Ind. Com. Export

Maria Helena Marques - contadora
CRC. 17.540

DEMONSTRAÇÃO DO EXERCÍCIO

EM:- 30/09/1.985

NÃO TRIBUTADO P/IMPÓSTO RENDA

-ÁREA DA SUDENE - PORT.DIN. 184/84

FLORESTAMENTO E REFLORESTAMENTO

RECEITAS OPERACIONAIS		
-Reflorestamento	189.263.531,95	
-Serviços	1.783.110,00	
-Projetos Reflorestamento	616.534.045,00	807.580.686,95
OUTRAS RECEITAS		
-Ganhos c/vendas Veículos	2.614.442,00	
-Ganhos c/vendas máquinas	2.953.731,29	5.568.173,29
(=) RECEITA LIQUIDA		813.148.860,24
DESPESAS OPERACIONAIS		
-Impostos e taxas	1.804.519,00	
-Serviços têc.especializados	107.981.449,20	
-Infra Estrutura	7.336.001,72	
-Despesas Financeiras	25.548.402,64	
-Preparo do terreno	36.525.064,00	
-Produção de mudas	112.356.[illegible]00	
-Plantio	600.346.115,70	
-Tratos silviculturais	18.689.144,00	
-Materiais de aplicação	127.348.[illegible]03,10	
-Despesas c/Exaustão Florestal	26.730.821,00	1.064.667.419,36
(=) PREJUIZO BRUTO.....	(-)CR$	251.518.559,12
(+) CM. Saldo Credor	(+)	510.411.441,64
(=) LUCRO LIQUIDO ISENTO ANTES I. RENDA	(+)	258.892.882,52
(-) Provisão p/IMposto renda Isento	(-)	90.612.508,00
(=) LUCRO LIQUIDO DEPOIS IMPOSTO RENDA ISENTO	CR$	168.280.374,52

DEMONSTRAÇÃO DO EXERCÍCIO

EM:- 30.09.1985

TRIBUTÁVEL P/IMPOSTO RENDA

PRODUÇÃO AGRÍCOLA E PECUARIA

-RECEITAS OPERACIONAIS		
-Vendas de café	736.828.737,52	
-Vendas de sója	427.072.407,10	
-Vendas de gado bovino	48.636.400,00	
-Vendas de Arroz	19.547.430,00	
-Alugnéis de pastos	13.128.684,00	
-Vendas de milho	762.900,00	1.245.976.558,62
-ESTOQUES FINAIS		
-Soja em grão	130.600.000,00	
-Café Beneficiado	106.000.000,00	
-Café em Côco	140.500.000,00	377.100.000,00
TOTAL DO CREDITO.....	(-) CR$	1.623.076.558,62
-DESPESAS OPERACIONAIS		
-Despesas c/Cafezal	911.308.630,29	
-Despesas c/custeio agrícola	209.933.017,04	
-Despesas de pecuária	39.870.398,00	
-Outros Gastos	20.990.694,50	
-Materiais de aplicação	489.125.184,80	
-Estoques Iniciais	33.398.925,00	1.724.423.849,63
-TOTAL DO DEBITO.....	CR$	[illegible].423.849,63
(=) PREJUIZO EXPLORAÇÃO AGRO-PECUÁRIA (-)	CR$	101.347.291,01

OUTRAS RECEITAS

-DIVERSOS		
-Alugnéis de Imóveis	16.[illegible].749,00	
-Rendas Eventuais	[illegible].650,00	16.741.799,00
-RECEITAS FINANCEIRAS		
-Juros Ativos	1.[illegible].650,00	
-Descontos obtidos	27.[illegible].536,67	
-Rendas Aplicações Financeiras	823.[illegible].364,43	
-Rendas ações e títulos	4.682,48	852.317.233,58
-OUTRAS RECEITAS NÃO OPERACIONAIS		
-Dividendos Recebidos	4.899,66	
-a transportar..... CR$	4.899,66	767.711.741,57
Transporte.....		767.711.741,57
-Reembolso de INPS	508.927,00	
-Receitas não Tributadas	995.820,00	
-Receitas Diversas	738.590,00	2.248.236,66
-CORREÇÃO MONETÁRIA		
-Saldo credor		101.352.860,20
(=) TOTAL DO CREDITO		871.312.838,43
OUTRAS DESPESAS		
-Despesas Administrativas	64.148.776,79	
-Serviços de terceiros	43.396.262,42	
-Serviços Públicos	29.089.188,64	
-Gastos Gerais	340.966.857,20	
-Despesas Financeiras	70.305.495,37	
-Despesas Trib. Dedutíveis	64.346.665,97	
-Despesas Trib. não Dedutíveis	877.850,00	613.131.096,39
(=) LUCRO LIQUIDO TRIBUTADO ANTES I. RENDA CR$		258.181.742,04
(-) Provisão para I.Renda		92.110.813,00
(=) LUCRO LIQUIDO TRIBUTADO DEPOIS I.RENDA		166.070.929,04

ERASILIA, DF, 30 de setembro de 1.985

FLORICE S/A Florest. Ind. Com. Export

MARIA HELENA MARQUES - contadora
CRC. 17.540

Transporte.....		767.711.741,57
-Reembolso de INPS	508.927,00	
-Receitas não Tributadas	995.820,00	
-Receitas Diversas	738.590,00	2.248.236,66
-CORREÇÃO MONETÁRIA		
-Saldo credor		101.352.860,20
(=) TOTAL DO CREDITO		871.312.838,43
OUTRAS DESPESAS		
-Despesas Administrativas	64.148.776,79	
-Serviços de terceiros	43.396.262,42	
-Serviços Públicos	29.089.188,64	
-Gastos Gerais	340.966.857,20	
-Despesas Financeiras	70.305.495,37	
-Despesas Trib. Dedutíveis	64.346.665,97	
-Despesas Trib. não Dedutíveis	877.850,00	613.131.096,39
(=) LUCRO LIQUIDO TRIBUTADO ANTES I. RENDA CR$		258.181.742,04
(-) Provisão para I.Renda		92.110.813,00
(=) LUCRO LIQUIDO TRIBUTADO DEPOIS I.RENDA		166.070.929,04

ERASILIA, DF, 30 de setembro de 1.985

FLORICE S/A Florest. Ind. Com. Export

MARIA HELENA MARQUES - contadora
CRC. 17.540

FLORICE S/A. - FLORESTAMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO

SCS - EDIFÍCIO SERRA DOURADA SALA 109 - BRASÍLIA - DF

CGC/MF Nº 17.801.135/0001-59

BALANÇO PATRIMONIAL EM: — 31 de dezembro de 1986

A T I V O		
CIRCULANTE		
-DISPONÍVEL		
-CAIXA	31.594,53	
-BANCOS C/MOVIMENTO	58.171,05	89.765,58
-REALIZÁVEL A CURTO PRAZO		
-ESTOQUES DE PRODUÇÃO		
-CAFÉ EM CÔCO	1.180.000,00	
-CAFÉ BENEFICIADO	1.530.000,00	
-SOJA	675.000,00	3.385.000,00
-DIVERSOS		
-TITULOS A PAGAR	70.167,40	
-DIRETORES C/PARTICULAR	104.579,33	
-ADIANTAMENTOS P/COMPRAS	22.548,60	
-DUPLICATAS A RECEBER	8.717,91	
-ADIANTAMENTOS P/VIAGENS	91.231,48	
-ADIANTAMENTOS P/SERVIÇOS	4.000,00	
-IMPÔSTO RETIDO NA FONTE	779.844,15	1.081.088,87
-APLICAÇÕES FINANCEIRAS		
-Bradesco SA.	900.000,00	
-Bco. Brasil SA.	2.100.000,00	3.000.000,00
-REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
-PROJETOS		
-Florestas em Formação		5.938.663,84
-APLICAÇÕES FINANCEIRAS-ações		
-Banco Bradesco SA.		29,70
-DIVERSOS		
-CAPITAL COM TERCEIROS	26.940,28	
-CERTIF.PARTICIPAÇÃO A EMITIR	10.087.132,77	10.114.073,05
-TRANSPORTE. . . . . .CZ$		27.608.621,1
CIRCULANTE		
-DISPONÍVEL		
-CAIXA	31.594,53	
-BANCOS C/MOVIMENTO	58.171,05	89.765,58
-TRANSPORTE. . . . . .CZ$		27.608.621,0.
-SEMOVENTES		
-EQUINOS	28.156,00	
-CAPRINOS	350,00	
-BOVINOS	283.117,95	311.623,95
(=) SUB TOTAL. . . . . .CZ$		27.920.244,99
-P E R M A N E N T E		
-INVESTIMENTOS		
-EMBRAER		1,46
-INCENTIVOS FISCAIS		
-FISET	887.803,51	
-LEI 5.106 - compra	88.574,85	
-COMPRA "CPR"-FISET	646.240,20	
-COMPRA "CI" -FISET	36.144,02	1.658.762,58
-I M Ó V E I S		
-PROPRIEDADES AGROPECUÁRIAS	23.226.767,69	
-PROPRIEDADES DIVERSAS	1.948.911,42	25.175.679,11
-D I V E R S O S		
-FLORESTAS FORMADAS -DL.1134		
-Projeto Florice I	680.633,44	
-Projeto Florice II	440.604,23	
-Projeto Florice III	328.590,94	
(-)Deprec. Acumulada	198.174,93	1.251.653,68
-CULTURAS PERMANENTES		
-Cafezal	335.403,58	
(-)Deprec.Acumulada	29.554,79	305.848,79
-EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS		
-Máquinas,Equipos,Impls.Agrícolas	10.503.057,85	
(-)Deprec. Acumulada	6.396.128,66	4.106.929,19
(=) A TRANSPORTAR. . . . . CZ$		60.419.119,80
-Equipamentos Diversos	2.030.553,02	
(-)Deprec.Acumulada	385.200,43	1.645.352,59
-Ferramentas Agrícolas	12.442,39	
(-)Deprec.Acumulada	11.362,70	1.079,69
-Equipamentos Máquina de Café	1.351.772,51	
(-)Deprec.Acumulada	170.807,29	1.180.965,22
-Viveiro-BA	137.747,79	
(-)Deprec.Acumulada	31.984,64	105.763,15
-U B S/MA	266.532,08	
(-)Deprec.Acumulada	12.531,52	254.000,56
-Viveiro-Pirapora	26.459,46	
(-)Deprec. Acumulada	204,57	26.254,89
-O U T R O S		
-Veículos	2.538.012,58	
(-)Deprec. Acumulada	1.430.167,66	1.107.844,92
-Aeronaves	332.095,85	
(-)Deprec. Acumulada	153.495,07	178.600,78
-Móveis e Utensílios-ARA	26.637,59	
(-)Deprec. Acumulada	13.324,50	13.313,09
-Móveis e Utensílios-BSB	162.585,74	
(-)Deprec. Acumulada	109.002,23	53.583,51
-Instalações Diversas	34.210,95	
(-)Deprec. Acumulada	7.324,13	26.886,82
-Móveis e Utensílios-MA	2.376,36	
(-)Deprec. Acumulada	278,18	2.098,18
(=) A TRANSPORTAR. . . . . .CZ$		65.014.863,20
(=) TRANSPORTE. . . . . CZ$		65.014.863,20
-Móveis e Utensílios -BAHIA	994,97	
(-)Deprec. Acumulada	233,84	761,13
-Telefones		25.982,80
-Sistema de Rádio Comunicação	106.579,50	
(-)Deprec. Acumulada	45.931,33	60.648,17
-BENFEITORIAS		
-Construções Diversas-BURITIS.	16.494,29	
(-)Deprec. Acumulada	2.984,98	13.509,31
-Construções Diversas-ARA	627.946,39	
(-)Deprec.Acumulada	119.613,66	508.332,73
-Cêrcas de Arame	178.155,90	
(-)Deprec. Acumulada	60.759,48	117.396,42
-Terreiros de café	228.141,97	
(-)Deprec.Acumulada	15.093,42	213.048,55
-Barracões	24.661,32	
(-)Deprec. Acumulada	192,67	24.468,65
-Energia Elétrica	40.320,05	
(-)Deprec. Acumulada	17.358,09	22.961,96
-Pontes	634,77	
(-)Deprec.Acumulada	26,24	608,53
-Currais e Porteiras	46.984,60	
(-)Deprec. Acumulada	12.750,12	34.234,48
-Construções Diversas-MA	95.017,54	
(-)Deprec.Acumulada	1.711,12	93.306,42
-Construções Diveraas-Bahia	42.206,07	
(-)Deprec. Acumulada	10.134,82	32.071,25
(=) A TRANSPORTAR. . . . . .CZ$		66.162.113,60
(=) TRANSPORTE. . . . . .CZ$		66.162.113,60
-Galpões	23.585,09	
(-)Deprec. Acumulada	2.877,05	20.708,04
-Obras contra Erosão	9.692,50	
(-)Deprec. Acumulada	2.841,13	6.851,37
-Construções Diversas-BR-050	583.597,42	
(-)Deprec. Acumulada	438,71	583.158,71
(=) T O T A L DO A T I V O. . . . . .CZ$		66.772.831,72

P A S S I V O		
EM:- 31/12/1986		
C I R C U L A N T E		
-EXIGÍVEL A CURTO PRAZO		
-FORNECEDORES	1.735.084,77	
-PROVISÃO P/IMPOSTO RENDA	2.377.084,09	
-TÍTULOS A PAGAR	2.123.500,00	
-FINANCIAMENTOS	8.888,78	
-IMPOSTOS E TAXAS A PAGAR	26.997,02	
-CREDORES DIVERSOS	47.682,82	6.319.236,94
(=) PASSIVO CIRCULANTE. . . . . CZ$		6.319.236,94
-EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
-Sociedade em Conta Participação		
-PROJETOS DE REFLORESTAMENTO	16.746.607,57	
-DIVERSOS		
-FINANCIAMENTOS	1.968.851,09	
-DIVIDENDOS A PAGAR	14.757,68	
-PROVISÃO P/IMPOSTO RENDA ISENTO	586.385,89	19.316.602,23
(=) SUB TOTAL. . . . . .CZ$		25.635.839,17
-PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
-CAPITAL SOCIAL	2.000.000,00	
(-)Capital a realizar	832.000,00	1.168.000,00
-DIVERSOS		
-RESERVAS DE CAPITAL	1.750.022,45	
-RESERVA LEGAL	422.515,17	
-LUCROS ACUMULADOS	28.937.962,91	
-RESERVA CORR.MONETÁRIA	1.769.816,75	
-RESERVA ESPECIAL	7.088.675,27	39.968.992,55
(=) T O T A L DO P A S S I V O. . . . . .CZ$		66.772.831,72

DEMONSTRAÇÃO DO EXERCÍCIO (ISENTO)

EM:- 31/DEZEMBRO/1986

FLORESTAMENTO E REFLORESTAMENTO		
-ÁREA DA SUDENE		
-Isento de ICM-Portaria 184/84		
-RECEITAS DE REFLORESTAMENTO E SERVIÇOS		
-Taxa Administração Projetos	66.055,37	
-Vendas de Madeiras plantadas	324.887,12	
-Rendas diversas	10.800,00	
-Reflorestamento obrigatório	5.550,00	
-Vendas de carvão	15.403,70	
-Projeto Mundial II	1.395,68	424.091,87
-DIVERSOS		
-Lucros de vendas de Florestas		1.412.985,49
-PROJETOS DE REFLORESTAMENTO		
-Sociedade em Conta de Participação		
-Dec.Lei 1134-1478 e 1376		
-Vr. administração do exercício		5.826.000,00
(=) TOTAL RECEITAS OPERACIONAIS. . . . . (+)CZ$.-		7.663.077,36
-C.MONETÁRIA - PATRIMÔNIO		
(+)C.Monetária - saldo credor		6.582.957,28
(=) TOTAL DE RECEITAS. . . . . (+)CZ$.-		14.246.034,64
-DESPESAS OPERACIONAIS		
-Serviços técnicos especializados	260.787,77	
-Infra Estrutura	25.736,85	
-Preparo do terreno	56.501,00	
-Produção de mudas	608.603,07	
-Plantio	5.550.487,37	
-Tratos culturais	21.170,37	
-Materiais de aplicação	397.060,00	
-Fretes com compras	168.380,26	
-Gastos diversos	784,00	7.089.510,69
(=) A TRANSPORTAR. . . . . CZ$		7.089.510,69
-TRANSPORTE. . . . . (-)CZ$		7.089.510,69
-DESPESAS FINANCEIRAS		
-Comissões FISET		92.414,14
(=) TOTAL DE DESPESAS OPERACIONAIS. . . . . (-)CZ$		7.181.924,83
(=) TOTAL DE RECEITAS OPERACIONAIS. . . . . (+)CZ$		14.246.034,64
(=) LUCRO BRUTO OPERACIONAL. . . . . (+)CZ$		7.064.109,81
(-)Provisão para Reserva especial capital. . . . (+)CZ$		423.846,00
(=) LUCRO LÍQUIDO DEPOIS I.RENDA -ISENTO. . . . (+)CZ$		6.640.263,81

DEMONSTRAÇÃO DO EXERCÍCIO (TRIBUTÁVEL)

EM: 31 de dezembro de 1.986

RECEITAS OPERACIONAIS		
PRODUÇÃO AGRÍCOLA E PECUÁRIA		
-Tributável 6% Conf.IN-59-RF		
-RECEITAS DIVERSAS		
-VENDAS DE CAFÉ	5.972.623,54	
-VENDAS DE SOJA	2.250.870,17	
-VENDAS DE ARROZ	1.169.539,22	
-VENDAS DE MILHO	298.519,76	
-VENDAS DE GADO BOVINO	445.389,45	
-VENDAS DIVERSAS	94.662,22	
-VENDAS DE LEITE	2.701,14	
-VENDAS DE SEMENTES DE ARROZ	19.360,00	
-VENDAS DE SEMENTES DE SOJA	227.840,08	
-ALUGUÉIS DE IMÓVEIS	54.516,40	
-ALUGUÉIS DE PASTOS	1.427,00	
-RENDAS EVENTUAIS	4.463,35	
-CESSÃO P/EXPLORAÇÃO FLORESTAL	319.500,00	10.861.412,33
-ESTOQUES FINAIS		
-CAFÉ EM CÔCO	1.180.000,00	
-CAFÉ BENEFICIADO	1.530.000,00	
-SOJA	675.000,00	3.385.000,00
(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA. . . . . (+)CZ$		14.246.412,33
-DESPESAS OPERACIONAIS		
-PRODUÇÃO AGRÍCOLA E PECUÁRIA		
-DESPESAS C/CAFEZAL	6.635.177,47	
-DESPESAS CUSTEIO AGRÍCOLA	1.947.116,97	
-DESPESAS DE PECUÁRIA	116.957,73	
-DESPESAS C/EXAUSTÃO FLORESTAL	48.727,52	
-FRETES E CARRETOS	4.471,48	
-MATERIAIS DE APLICAÇÃO	543.338,11	9.295.789,28
-ESTOQUES INICIAIS		
-SOJA	175.000,00	
-CAFÉ EM CÔCO	180.000,00	
-CAFÉ BENEFICIADO	530.000,00	885.000,00
-OUTRAS DESPESAS		
-DESPESAS ADMINISTRATIVAS	531.593,98	
(=) A TRANSPORTAR. . . . . CZ$	531.593,98	10.180.789,28
(=) TRANSPORTE.	531.593,98	10.180.789,28
-SERVIÇOS DE TERCEIROS	962.354,06	
-SERVIÇOS PÚBLICOS	132.045,76	
-GASTOS GERAIS	1.896.401,86	
-DESPESAS FINANCEIRAS	112.425,26	
-DESPESAS TRIBUTÁRIAS DEDUTÍVEIS	307.390,13	
-DESPESAS TRIBUTÁRIA NÃO DEDUTÍVEIS	17.252,88	3.959.463,93
(=) TOTAL DO DÉBITO. . . . . (-)CZ$		14.140.253,21
(=) TOTAL DO CRÉDITO . . . . . (+)CZ$		14.246.412,33
(=) LUCRO LÍQUIDO . . . . . (+)CZ$		106.159,12
(+) CORREÇÃO MONETÁRIA - saldo credor . . . . . (+)CZ$		2.608.470,93
(+) LUCROS VENDAS GADO BOVINO . . . . . (+)CZ$		37.460,00
(=) LUCRO LÍQUIDO TRIBUTÁVEL I.RENDA a 6% . . . (+)CZ$		2.752.090,05
(-)PROVISÃO PARA IMPOSTO RENDA. . . . . (-)CZ$		166.161,58
(=) LUCRO LÍQUIDO DEPOIS IMPOSTO RENDA. . . . (+)CZ$		2.585.928,47

BRASÍLIA,DF, 31 de dezembro de 1.986

FLORICE S/A Flo[illegible]

DIRETOR

MARIA HELENA MARQUES - contadora

CRC.MG nº 17.540

FLORICE S/A. - FLORESTAMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO

SCS - EDIFÍCIO SERRA DOURADA SALA 109 - BRASÍLIA - DF

CGC/MF Nº 17.801.135/0001-59

BALANÇO PATRIMONIAL EM: 31 de dezembro de 1987

A T I V O

CIRCULANTE		
-DISPONÍVEL		
-Caixa	642.581,45	
-Bancos c/Movimento	6.264.714,74	6.907.296,19
-REALIZÁVEL A CURTO PRAZO		
-Estoques de Produção		
-Café em Côco	200.000,00	
-Café beneficiado	300.000,00	
-Soja	220.000,00	720.000,00
-Diversos		
-Títulos a Receber	421.109,25	
-Diretores c/particular	24.189,06	
-Adiantamentos p/compras	100.600,00	
-Aplicações financeiras	480.000,00	
-Retenção I.Renda	341.334,35	
-Adiantamentos p/viagens	112.447,04	
-Adiantamentos p/serviços	47.500,00	1.527.179,70
-REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
-PROJETOS		
-Florestas em Formação		16.908.481,48
-DIVERSOS		
-Aplicações Financeiras (Ações)	29,70	
-Capital c/Terceiros	28.200,00	
-Certif. Partic. a Emitir	21.636.948,30	
-Semoventes	311.623,95	
-Prejuízos Sociais	9,55	23.146.908,50
SUB TOTAL DO ATIVO.....CR$.-		49.209.865,87
...ENTE		
...er		1,46
-Incentivos Fiscais		2.130.348,78
(=) a transportar.....CZ$		51.340.216,11
-Transporte.....CZ$		51.340.216,11
-IMÓVEIS		
-Propriedades Agropecuárias	35.964.827,36	
-Propriedades Diversas	10.414.187,05	46.379.014,41
-DIVERSOS		
-Florestas Formadas DL.1134		1.570.260,95
-Culturas Permanentes	430.758,82	
(-)Deprec.Acumulada	46.572,45	384.186,37
-Equipamentos agrícolas	14.016.857,33	
(-)Deprec.Acumulada	10.396.164,20	3.620.693,13
-Ferramentas	15.979,76	
(-)Deprec. Acumulada	15.979,76	-o-
-Equipamentos máquina café	1.798.405,16	
(-)Deprec. Acumulada	235.114,89	1.563.290,27
-Viveiro-Bahia	176.909,49	
(-)Deprec. Acumulada	44.614,77	132.294,72
-UBS/MA	456.468,70	
(-)Deprec. Acumulada	52.079,84	404.388,86
-Viveiro de Pirapora	33.981,88	
(-)Deprec. Acumulada	3.661,03	30.320,85
-UBS/Araguari	37.304,39	
(-)Deprec.Acumulada	297,53	37.006,86
-Veículos	3.407.941,42	
(-)Deprec. Acumulada	2.264.397,53	1.143.543,89
-Móveis e Utensílios-ARA	69.357,83	
(-)Deprec. Acumulada	21.397,57	47.960,26
-Móveis e Utensílios-BA	170.279,87	
(-)Deprec.Acumulada	160.191,34	10.088,53
-Instalações Diversas	83.108,47	
(-)Deprec. Acumulada	14.047,37	69.061,10
-Móveis e Utensílios-ARA	4.858,22	
(-)Deprec.Acumulada	840,01	4.018,21
-Móveis e Utensílios-BA	1.277,87	
(-)Deprec.Acumulada	428,17	849,70
-Equipamentos Diversos	3.349.069,21	
(-)Deprec. Acumulada	776.553,97	2.573.515,24
(=) A TRANSPORTAR.....CZ$		109.310.709,46
TRANSPORTE.....CZ$		109.310.709,46
-Telefones	75.160,81	75.160,81
-Telex	56.123,38	56.123,38
-Sistema de Rádio Comunicação	136.880,05	
(-)Deprec. acumulada	72.677,19	64.202,86
-BENFEITORIAS		
-Construções diversas-ARA	820.302,85	
(-)Deprec. Acumulada	185.919,16	634.383,69
-Constr. Diversas-BURIT.	21.183,62	
(-)Deprec.Acumulada	4.257,80	16.925,82
-Cêrcas de Arame	228.805,62	
(-)Deprec.Acumulada	100.913,35	127.892,27
-Terreiros de Café	293.002,73	
(-)Deprec. Acumulada	48.683,43	244.319,30
-Barracões	31.672,53	
(-)Deprec. Acumulada	574,85	31.097,68
-Energia Elétrica-Cemig	112.764,82	
(-)Deprec. Acumulada	23.910,88	88.853,94
-Pontes	815,24	
(-)Deprec. Acumulada	50,43	764,81
Currais e Porteiras	60.342,32	
(-)Deprec. Acumulada	20.489,02	39.853,30
-Construções Diversas-MA	208.593,16	
(-)Deprec.Acumulada	3.909,88	204.683,28
-Construções Diversas-BA	54.205,26	
(-)Deprec Acumulada	18.077,75	36.127,51
-Galpões	0.200,33	
(-)Deprec. Acumulada	4.300,81	25.989,52
-Obras Contra Erosão	12.448,08	
(-)Deprec. Acumulada	4.894,52	7.553,56
-Construções Diversas-BR-050-ARA	1.563.053,02	
(-)Deprec. Acumulada	16.291,91	1.546.761,11
(=) TOTAL DO ATIVO.....CZ$		112.511.402,30

P A S S I V O

EM:-31/dezembro/1987

CIRCULANTE		
-EXIGÍVEL A CURTO PRAZO		
-Fornecedores	975.318,04	
-Títulos a Pagar	18.161.410,94	
-Diretores c/particular	2.139.174,56	
-Compromisso compra/venda	1.000.000,00	
-Financiamentos	5.397.590,54	
-Impostos Taxas a pagar	19.687,25	
-Credores Diversos	73.524,68	27.766.706,01
(=) PASSIVO CIRCULANTE.....CZ$		27.766.706,01
EXIGIVEL A LONGO PRAZO		
-Projetos de Reflorestamento	37.670.142,45	
-Financiamentos	10.054.756,04	
-Dividendos a pagar	14.757,68	
-Provisão p/I.Renda Diferiso	162.539,89	47.902.196,06
(=) SUB TOTAL DO PASSIVO.....CZ$		75.668.902,07
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
-Capital Autorizado	20.000.000,00	
(-)Capital a subscrever	3.600.000,00	16.400.000,00
-Reservas de Capital	2.072.616,24	
-Reservas de Lucros	300.636,23	
-Lucros acumulados	11.706.299,46	
-Reserva Corr. Monetária	1.758.975,65	
-REserva Especial	5.103.985,65	20.442.500,23
(=) TOTAL DO PASSIVO.....CZ$		112.511.402,30

BRASILIA,DF, 31 de dezembro de 1.987

MARIA HELENA MARQUES - Contadora
CRCMG nº 17.540

DEMONSTRAÇÃO DO EXERCÍCIO
EM:- 31/12/1987

FLORESTAMENTO E REFLORESTAMENTO		
ÁREA DA SUDENE		
-ISENTO DE ICM -Portaria 184/84-SUDENE		
-RECEITAS OPERACIONAIS		
-Receitas de Reflorestamento e Serviços		101.395,68
-Projetos de Reflorestamento		10.819.700,00
(=) TOTAL DE RECEITAS OPERACIONAIS.....CZ$		10.921.095,68
-Correção Monetária - Saldo credor		2.321.940,88
(=) TOTAL DE RECEITAS.....CZ$		13.243.036.56
DESPESAS OPERACIONAIS		
-Serviços técnicos especializados		704.282,58
-Impostos e Taxas		3.612,38
-Infra estrutura		69.152,20
-Preparo do terreno		224.000,00
-Produção de mudas		479.095,84
-Plantio		8.046.236,99
-Materiais de aplicação		905.665,83
-Outros Gastos		1.015.452,75
-Custo Implantação Florestas		69.372,06
(=) SUB TOTAL DESPESAS OPERACIONAIS.....CZ$		11.516.870,63
-Despesas c/Exaustão de Florestas		11.207,20
-Outras despesas		2.813.015,58
(=) TOTAL DE DESPESAS.....CZ$		14.341.093,41
(=) PREJUIZO DO EXERCÍCIO.....CZ$		1.098.056,85

BRASILIA, F, 31 de dezembro de 1.987

Maria Helena Marques- Contadora
CRC-MG nº 17.540

DEMONSTRAÇÃO DO EXERCÍCIO(TRIBUTÁVEL)

EM:-31/dezembro/1987

PRODUÇÃO AGRÍCOLA E PECUÁRIA		
-TRIBUTÁVEL		
-RECEITAS OPERACIONAIS		
-Receitas Diversas	24.634.945,39	
-Receitas de Serviços	271.555,42	
-Estoques Finais	720.000,00	25.626.500,81
(=) RECEITA LÍQUIDA OPERACIONAL.....CZ$		25.626.500,81
DESPESAS C/PRODUÇÃO AGRÍCOLA		
-DESPESAS C/CAFEZAL		
-Compras de mudas	18.161.954,42	
-Estoques iniciais	885.000,00	
-Despesas c/Custeio Agrícola	4.008.906,03	
-Despesas de Pecuária	195.844,50	23.251.704,95
(=) TOTAL DESPESAS OPERACIONAIS.....CZ$		23.251.704,95
OUTRAS DESPESAS		
-Despesas Administrativas	874.712,14	
-Serviços de terceiros	1.401.722,70	
-Serviços públicos	404.570,80	
-Gastos Gerais	3.645.992,48	
-Despesas Financeiras	5.613.974,02	
-Despesas Trib. Dedutíveis	378.324,53	
-Despesas Trib.não Dedutíveis	54.531,39	12.373.828,06
(=) TOTAL DE DESPESAS.....CZ$		35.625.533,01
OUTRAS RECEITAS		
-Corr.Monetária-saldo credor		5.884.751,81
(+)Lucros venda aeronave		1.112.399,22
(=) PREJUIZO OPERACIONAL.....(-) CZ$		3.201.881,17
TRANSPORTE.....CZ$ (-)		3.201.881,17
OUTRAS DESPESAS NÃO OPERACIONAIS		
Tributável		
-Receitas diversas		143.051,00
RECEITAS FINANCEIRAS		
-Juros Ativos	341.729,00	
-Descontos Obtidos	387.197,85	
-Rendas aplicações financeiras	2.053.966,72	
-Rendas ações e títulos	59.838,76	2.842.732,33
OUTRAS RECEITAS		
-Reembolso de INPS	13.564,63	
-Reembolso Outras despesas	299,81	
-Receitas diversas	98.609,84	
-Reembolso de ICM	177.676,26	290.150,54
(=) PREJUIZO DO EXERCÍCIO.....CZ$		74.052,70

BRASÍLIA,DF, 31 de dezembro de 1.987

MARIA HELENA MARQUES - contadora
CRCMG nº 17.540

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

ESPÉCIE: NONO TERMO ADITIVO Nº 038/88-PJ-FHDF AO CONTRATO Nº 009/86-PJ-FHDF. **CONTRATANTES:** FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL e a firma GÁVEA — EMPRESA DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA. **OBJETO:** Alterar a redação da Cláusula Segunda do Sexto Termo Aditivo nº 012/88 ao Contrato nº 009/86-PJ-FHDF,que passa a vigorar com a seguinte redação: a) excluir 12 (doze) postos de 24h de vigilância desarmada no ISM; b) incluir 07 (sete postos devigilância desarmada no ISM. **VALOR:** Mensal global ao preço de outubro/87 de Cz$ 458.976,59 (quatrocentos e cinquenta e oito mil, novecentos e setenta e seis cruzados e cinquenta e nove centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Proj/Ativ.: 2.143 — Assistência Médico Hospitalar Regional de Taguatinga. Elemento de Despesa — 3.1.3.2 — Outros Serviços e Encargos. Subelemento 39 — Vigilância e Segurança. N. E. Nº 3.558/87. PRAZO DE VIGÊNCIA: A partir da data de sua assinatura, até o término de vigência do Contrato Principal. **DESPESA DE PUBLICAÇÃO:** FUNDAÇÃO. **MODALIDADE DE LICITAÇÃO:** Concorrência nº 001/86 — que deu origem ao Contrato Principal: **DATA DE ASSINATURA:** 26 de abril de 1988. PELA FUNDAÇÃO: LAÉRCIO MOREIRA VALENÇA. PELA CONTRATADA: OTÁVIO ALVES NETO.

TESTEMUNHAS

VISTO

REGINA CÉLIA B. L. CALHEIROS
Seção de Contratos e Convênios-FHDF
Chefe

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

ESPÉCIE: DÉCIMO TERMO ADITIVO Nº 039/88-PJ-FHDF AO CONTRATO Nº 09/86-PJ-FHDF. **CONTRATANTES:** FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL e a firma GÁVEA — EMPRESA DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA. **OBJETO:** Alterar a redação da Cláusula Segunda. do Sétimo Termo Aditivo nº 013/88 ao Contrato nº 009/86-PJ-FHDF. **VALOR:** Mensal global ao preço de outubro/87 de Cz$ 705.808,21 (setecentos e cinco mil, oitocentos e oito cruzados e vinte e um centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Proj/ativ.: 2044 — Assistência Médico Hospitalar Regional de Brasília. Elemento de Despesa 3.1.3.2 — Outros Serviços e Encargos. Subelemento 39 — Vigilância e Segurança. N.E: Nº 4.251/87. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** A partir da data de sua assinatura, até o término de vigência do Contrato Principal. **DESPESA DE PUBLICAÇÃO:** FUNDAÇÃO. **MODALIDADE DE LICITAÇÃO:** Concorrência nº 001/86, que deu origem ao Contrato Principal. **DATA DE ASSINATURA:** 26 de abril de 1988. PELA FUNDAÇÃO: LAÉRCIO MOREIRA VALENÇA. PELA CONTRATADA: EUNÍCIO LOPES DE OLIVEIRA.

TESTEMUNHAS:

VISTO;

REGINA CÉLIA B. L. CALHEIROS
Seção de Contratos e Convênios-FHDF
Chefe

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

ESPÉCIE: DÉCIMO QUARTO TERMO ADITIVO Nº 040/88-PJ-FHDF AO CONTRATO Nº 011/86-PJ-FHDF. **CONTRATANTES:** FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL e a firma CONFEDERAL VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES S/A. **OBJETO:** Alterar a redação da Cláusula Segunda do Décimo Termo Aditivo nº 015/88-PJ-FHDF ao Contrato nº 011/86-PJ-FHDF. **VALOR:** Mensal ao preço de outubro/87 de Cz$ 2.024.501,68 (dois milhões, vinte e quatro mil, quinhentos e um cruzados e sessenta e oito centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Proj/Ativ.: 2.143 — Assistência Médico Hospitalar Regional de Taguatinga. Elemento de Despesa — 3.1.3.2 — Outros Serviços e Encargos. Subelemento 39 — Vigilância e Segurança. N. E. Nº 3.557/87. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** A partir da data de sua assinatura, até o término de vigência do Contrato Principal. **DESPESA DE PUBLICAÇÃO:** FUNDAÇÃO: **MODALIDADE DE LICITAÇÃO:** Concorrência nº 001/86, que deu origem ao Contrato Principal. **DATA DE ASSINATURA:** 26 de abril de 1988. PELA FUNDAÇÃO: LAÉRCIO MOREIRA VALENÇA. PELA CONTRATADA: EUNÍCIO LOPES DE OLIVEIRA.

TESTEMUNHAS:

VISTO;

REGINA CÉLIA B. L. CALHEIROS
Seção de Contratos e Convênios-FHDF
Chefe

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

ESPÉCIE: DÉCIMO QUINTO TERMO ADITIVO Nº 041/88-PJ-FHDF AO CONTRATO Nº 011/86-PJ-FHDF. **CONTRATANTES:** FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL e a firma CONFEDERAL — VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES S/A. **OBJETO:** Alterar a Cláusula Segunda do Décimo Primeiro Termo Aditivo nº 016/88 ao Contrato nº 011/86-PJ-FHDF. **VALOR:** Mensal global ao preço de novembro/87 de Cz$ 3.105.603,83 (três milhões, cento e cinco mil, seiscentos e três cruzados e oitenta e três centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Proj/Ativ.: 2044 — Assistência Médico Hospitalar Regional de Brasília. Elemento de Despesa — 3.1.3.2 — Outros Serviços e Encargos. Subelemento 39 — Vigilância e Segurança. N. E. Nº 3.696/87. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** A partir da data de sua assinatura, até o término de vigência do Contrato Principal. **DESPESA DE PUBLICAÇÃO:** FUNDAÇÃO. **MODALIDADE DE LICITAÇÃO:** Concorrência nº 001/86, que deu origem ao Contrato Principal. **DATA DE ASSINATURA:** 26 de abril de 1988. PELA FUNDAÇÃO: LAÉRCIO MOREIRA VALENÇA. PELA CONTRATADA. EUNICIO LOPES DE OLIVEIRA.

TESTEMUNHAS:

VISTO;

REGINA CÉLIA B. L. CALHEIROS
Seção de Contratos e Convênios-FHDF - Chefe

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

ESPÉCIE: DÉCIMO SEXTO TERMO ADITIVO Nº 042/88-PJ-FHDF AO CONTRATO Nº 011/86-PJ-FHDF. **CONTRATANTES:** FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL e a firma CONFEDERAL — VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES S/A. **OBJETO:** Alterar a redação da Cláusula Segunda do Décimo Segundo Termo Aditivo nº 017/88 ao Contrato nº 011/86. **VALOR:** Mensal global ao preço de dezembro/87 de Cz$ 3.143.045,69(três milhões, cento e quarenta e três mil, quarenta e cinco cruzados e sessenta e nove centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Proj/Ativ: 2.044 — Assistência Médico Hospitalar Regional de Brasília. Elemento de Despesa 3.1.3.2 — Outros Serviços e Encargos. Subelemento 39 — Vigilância e Segurança. N. E. Nº 4.221/87. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** A partir da data de sua assinatura, até o término de vigência do Contrato Principal. **DESPESA DE PUBLICAÇÃO:** FUNDAÇÃO. **MODALIDADE DE LICITAÇÃO:** Concorrência nº 001/86, que deu origem ao Contrato Principal. **DATA DE ASSINATURA:** 26 de abril de 1988. PELA FUNDAÇÃO: LAÉRCIO MOREIRA VALENÇA. PELA CONTRATADA EUNÍCIO LOPES DE OLIVEIRA.

TESTEMUNHAS:

VISTO;

REGINA CÉLIA B. L. CALHEIROS
Seção de Contratos e Convênios-FHDF
Chefe

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

ESPÉCIE: DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 043/88-PJ-FHDF AO CONTRATO Nº 012/86-PJ-FHDF. **CONTRATANTES:** FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL e a firma IPANEMA — SEGURANÇA LTDA. **OBJETO:** Alterar a redação da Cláusula Primeira do Oitavo Termo Aditivo nº 019/88-PJ-FHDF ao Contrato nº 012/86-PJ-FHDF. **VALOR:** Mensal global ao preço de setembro/87 de Cz$ 731.202,75 (setecentos e trinta e um mil, duzentos e dois cruzados e setenta e cinco centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Proj/ativ. 2.044 — Assistência Médico Hospitalar Regional de Brasília. Elemento de Despesa 3.1.3.2 — Outros Serviços e Encargos. Subelemento 39 — Vigilância e Segurança N. E. Nº 0019/88. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** A partir da data de sua assinatura, até o término de vigência do Contrato Principal. **DESPESA DE PUBLICAÇÃO:**

FUNDAÇÃO. **MODALIDADE DE LICITAÇÃO:** Concorrência nº 001/86, que deu origem ao Contrato Principal.

DATA DE ASSINATURA: 26 de abril de 1988. PELA FUNDAÇÃO: LAÉRCIO MOREIRA VALENÇA. PELA CONTRATADA: JOSÉ CARVALHO DE ARAÚJO.

TESTEMUNHAS:

VISTO:

REGINA CÉLIA B. L. CALHEIROS
Seção de Contratos e Convênios-FHDF - Chefe

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

ESPÉCIE: DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 044/88-PJ-FHDF AO CONTRATO Nº 012/86-PJ-FHDF. **CONTRATANTES:** FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL e a firma IPANEMA — SEGURANÇA LTDA. **OBJETO:** Alterar a redação da Cláusula Segunda do Nono Termo Aditivo nº 020/88-PJ-FHDF ao CONTRATO nº 012/86-PJ-FHDF. **VALOR:** Mensal global ao preço de novembro/87, de Cz$ 1.246.949,80 (um milhão, duzentos e quarenta e seis mil, novecentos e quarenta e nove cruzados e oitenta centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Proj/Ativ: 2044 — Assistência Médico Hospitalar Regional de Brasília. Elemento de Despesa 3.1.3.2 — Outros Serviços e Encargos. Subelemento 39 — Vigilância e Segurança. N.E. Nº 0019/88. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** A partir da data de sua assinatura, até o

término de vigência do Contrato Principal. **DESPESA DE PUBLICAÇÃO:** FUNDAÇÃO: **MODALIDADE DE LICITAÇÃO:** Concorrência nº 001/86, que deu origem ao Contrato Principal. **DATA DE ASSINATURA:** 26 de abril de 1988. PELA FUNDAÇÃO: LAÉRCIO MOREIRA VALENÇA. PELA CONTRATADA: JOSÉ CARVALHO DE ARAÚJO.

TESTEMUNHAS:

VISTO,

REGINA CÉLIA B. L. CALHEIROS
Seção de Contratos e Convênios-FHDF - Chefe

ATA DE NÚMERO VINTE E DOIS (22) DA IGREJA PRESBITERIANA COREANA DE BRASÍLIA

A Igreja acima citada reuniu-se em Assembléia Extraordinária no dia primeiro de maio de hum mil novecentos e oitenta e oito (01.05.1988) na sua sede própria, sito à SCRES Bloco "C" - Loja 14, Comercial Cruzeiro Velho — DF. Convocada para tratar assunto, discutir e aprovar os Estatutos reformulados e notificados pela Comissão formada na Assembléia anterior (veja ata nº 21) e de convidar o Pastor Han Kook Kwon, da República da Coréia (Sul). Os membros presentes são: Tack Youn Oh, Young Ja Chang, Sun Hwa Youn, Chang Sun Chung, Ki Bum Park, Hae Jae Lee, Jung Sun Yang, Young Ja Lee, Suyun Yang, Yong Chul Kang, Kyung Ok Chung, Kyu Suk Cho, Eun Ja Oh, Jung Sook Cho, Duck Jae Park, Sun Chun Yun, Sang Chul Cho. A presença de dezessete (irmãos) membros de total de vinte. O Presidente em exercício Duck Jae Park, declarou aberta a Assembléia, o Secretário ad Doc, Kyu Suk Cho, leu a Ata anterior e foi aprovada com unanimidade. O Estatuto reformado e modificado pela Comissão acima citada é lido e clarificado pelo Presbítero Jung Sun Yang. Após várias discussões e explicações o Estatuto é aprovado com unanimidade sem nenhuma modificação. O presidente em exercício Duck Jae Park explicou os seguintes pontos: 1) O Estatuto entra em vigor desde a data da aprovação em primeiro de maio de hum mil e novecentos e oitenta e oito (01.051988), de acordo como capítulo VIII Artigo 29, deste Estatuto então o Estatuto antigo registrado em Ata de página nº dois (02) deste Livro é substituído pelo Estatuto aprovado nesta Assembléia na sua totalidade 2) O Regimento interno, registrado na Ata de página nº 13 (treze) deste Livro é subordinado a este Estatuto. Logo a seguir, o Presbítero Jung Sun Yang, apresentou as qualificações do Pastor Han Kook Kwon e após várias perguntas e explicações a Assembléia aprovou o convite a ele por dezesseis votos a favor e um voto por abstenção e foi aprovado por unanimidade. O presidente em exercício da Assembléia Duck Jae Park representará a Igreja judicialmente e extra-judicialmente sobre assunto do convite do Pastor Han Kook Kwon, de acordo com o capítulo VIII, Artigo vinte e oito (28), deste Estatuto. Não tendo mais nada a tratar, a Assembléia foi encerrada com a oração do Pai Nosso às 14:00 horas. Esta Ata será assinada por mim, Secretário ad-Doc e pelo Presidente em exercício após lida e aprovada pelos Membros.

DUCK JAE PARK
Presidente (em exercício)
KYU SUK CHO
Secretário (ad-Doc)

(DAR — Cz$ 9.800,00)

DISTRITO FEDERAL

TERMO PADRÃO Nº 21/83

01	CONTRATO Nº 010/88 DE EMPREITADA POR PREÇO Unitário Reajustável
CONTRATANTES	1º DISTRITO FEDERAL — SECRETARIA DE FINANÇAS/ADMINISTRAÇÃO DA CIDADE SATÉLITE DO NÚCLEO BANDEIRANTE
02	ETEC - Empreendimentos Técnicos de Engenharia e Comércio S/A.

03 PROCESSO	04 DATA ASSINATURA	05 PRAZO DA OBRA	06 VALOR Cr$
136 000 257/88	18.05.88	90 dias úteis	60.844.775,00

07 OBJETO E CONDIÇÕES ESPECIAIS

1 - Por este instrumento, obriga-se a CONTRATADA a executar para o DISTRITO FEDERAL, através da Administração da Cidade Satélite do Núcleo Bandeirante, as obras de urbanização, relativas a implantação de pavimentação asfáltica em concreto betuminoso usinado à quente, meios-fios padrão NOVACAP, bocas-de-lobo e respectivos ramais de ligação à rede de águas pluviais existente, conforme especificações e projetos contidas na licitação, nos seguintes locais da Candangolândia: a) QR 1, QR 2, QR 3, QR 5 - somente a rua principal; b) QR 4 - Conjuntos A, E e G; c) QR 7 - Conjuntos A e B.

2 - O pagamento será efetuado em parcelas de acordo com as medições e cronograma físico--financeiro, aprovado pela Divisão de Obras da ACSNB.

3 - Os reajustes previstos no Capítulo XVI, item 16.1 do Edital de Tomada de Preços nº 02/88 -ACSNB, serão pagos concomitantemente, com as parcelas medidas e do cronograma físico-financeiro.

4 - O valor do presente contrato corresponde ao somatório das parcelas de Cz$ 44.785.085,07 (quarenta e quatro milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, oitenta e cinco cruzados e sete centavos) - valor da proposta da Contratada - e de cz$ 16.059.689,93 (dezesseis milhões, cinquenta e nove mil, seiscentos e oitenta e nove cruzados e noventa e três centavos) - valor estimado para cobertura do reajustamento - e que não poderá ser utilizado para pagamento de qualquer outra despesa.

08 VALOR POR EXTENSO	09 VISTO PARA PUBLICAÇÃO
sessenta milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil, setecentos e setenta e cinco cruzados	

DADOS SOBRE A DESPESA

10	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	SECRETARIA DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL	
11	PROJETO/ATIVIDADE	1 068 - FINANCIAMENTO A PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO - FUNDEFE	
12	ELEMENTO DE DESPESA 4.3.1.3 - 01	13 FONTE DE RECURSOS	00 - ORDINÁRIOS

NOTA DE EMPENHO

14 NÚMERO	15 VALOR Cr$	16 MODALIDADE DE LICITAÇÃO	
294/88-SEF	60.844.775,00	Tomada de Preços nº 02/88-ACSNB	
17		19 CAUÇÃO INICIAL 1.825.343,25	20 REFORÇO DE CAUÇÃO

ASSINATURA DOS REPRESENTANTES DOS CONTRATANTES

DISTRITO FEDERAL

21 MÁRCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO — PAULO CEZAR GONTIJO
Autorização contida no Artigo 15, do Decreto nº 10 974, de 31 de dezembro de 1 987

CONTRATADA

22 RUBEM FERREIRA DIAS
Diretor-Presidente da Contratada

TESTEMUNHAS

23 DINISIO ANTONIO DA CRUZ — 24 JOSÉ PEREIRA DA FONSECA NETO

DISTRITO FEDERAL

01	PRIMEIRO ADITIVO AO
02	TERMO DE CONVÊNIO Nº 042/88
CONVENENTES	1º DISTRITO FEDERAL SVO, COM A INTERVENIÊNCIA DA TERRACAP
03	COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP

04 PROCESSO	05 DATA ASSINATURA	06 VIGÊNCIA ATÉ	07 VALOR Cr$
111.000.239/88	12.05.88	31.03.89	Cz$ 100.000.000,00

OBJETO E CONDIÇÕES ESPECIAIS

Por este Termo, fica aditado, com o objetivo de suplementar recursos, em mais Cz$ 100.000.000,00 (Cem milhões de cruzados), perfazendo o total global de Cz$..... 170.000.000,00 (Cento e setenta milhões de cruzados), ao Convênio nº 042/88, celebrado entre o Distrito Federal, através da Secretaria de Viação e Obras e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, com a interveniência da Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, regulando a execução das Obras e Serviços de Urbanização no Plano Piloto e Setores de Brasília.

X

VALOR POR EXTENSO
(Cem milhões de cruzados)

DADOS SOBRE A DESPESA

10	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP	
11	PROJETO/ATIVIDADE	5.009 - Execução de Obras e Serviços de Infra Estrutura em Novos Loteamentos e Ampliações.	12 TAXA DE ADM.% 2%
13	ELEMENTO DE DESPESA 4.1.1.0	14 FONTE DE RECURSOS TERRACAP	

NOTA DE EMPENHO

15 NÚMERO	16 VALOR Cr$	17 NÚMERO	18 VALOR Cr$
S 2/38	Cz$ 100.000.000,00=		
19	20	21	22

ASSINATURA DOS REPRESENTANTES DOS CONVENENTES

DISTRITO FEDERAL

23 CARLOS MAGALHÃES DA SILVEIRA — Delegação de competência contida no Art. 15, Decreto nº 10.974, de 31.12.87
CARLOS MAGALHÃES DA SILVEIRA — Autorização dada pela Diretoria Colegiada e Conselho de Administraçao da TERRACAP em suas 1136ª e 1067ª Seções real. 27.04 e 28.04.88.

2º CONVENENTE

24 LUIZ HENRIQUE FREIRE DUARTE — JÚLIO XAVIER RANGEL

Aprovado pela Diretoria em sua 2.285a. Sessão, realizada em 10.05.88.

TESTEMUNHAS

25 ANTONIO AUGUSTO ARAÚJO PIRES — 26 MARIA INÊZ DOS SANTOS PINTO

FLORICE S/A — FLORESTAMENTO IND. COM. EXPORT.

ATA DA 14ª ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, EM 31/MARÇO/88 — EXTRATO

Às vinte horas do dia 31 de março de 1988, reuniram-se em Assembléia Geral Ordinária todos os acionistas com direito a voto, com a seguinte ordem do dia: discussão e deliberação sobre o relatório da Administração, balanço patrimonial, resultado do exercício e demais peças e documentos do exercício de 1988, ano-base de 1987; eleição dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e dos membros do Conselho Fiscal; outros assuntos de interesse geral. Foi aprovado por unanimidade o parecer do Conselho Fiscal que aprovou as contas do referido exercício, depois de minucioso exame dos documentos pertinentes. Ficou ainda deliberado, por unanimidade que o lucro do exercício fosse distribuído para a conta de lucros acumulados para posterior aumento do Capital Social. Em seguida procedeu-se à eleição dos membros do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, que ficam assim constituídas: Conselho de Administração — Presidente — José David Skaf Conselheiro — Dalva Duarte Skaf. Diretoria Executiva — Diretor Superintendente — David José Skaf. Diretores Executivos — Fábio Divino de Oliveira e Maria Helena Marques. Conselho Fiscal — efetivos — José Geraldo dos Santos Filho, Mário Naves da Mota e Weber Ferreira dos Santos. Suplentes — João de Faria Arantes, Joaquim Rodrigues — Ferreira e Olegário Rodrigues Ferreira. O Presidente da Assembléia David José Skaf deu posse a todos os eleitos. A Assembléia Geral estabeleceu que a remuneração dos membros do Conselho Fiscal será correspondente a um décimo da média da remuneração dos diretores e que a remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva será determinada em simples reunião de diretoria. Lida e achada conforme, a ata

foi aprovada e assinada por todos os acionistas. Em 31 de março de 1988, Edifício Palácio do Comércio, Salas 710/711, em Brasília-DF, a) David José Skaf, Fabio Divino de Oliveira, José David Skaf, Maria Helena Marques, Dalva Duarte Skaf, Jaime Augusto dos Santos, Helio Ferreira de Melo e Rosaldo Nogueira de Lima. A ata foi integralmente transcrita no livro de Atas de AGO nº 01.

(DAR - Cz$ 111.920,00-4)

ARCO S/A — TRANSPORTES ESPECIAIS
CGC/MF Nº 00.120.089/0001-20

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 1988

Às 10:00 (dez) horas do dia 30 (trinta) de abril de 1988 (hum mil novecentos e oitenta e oito), na Sede Social da Empresa ARCO S/A — Transportes Especiais, sito no Setor de Garagens e Concessionárias de Veículos Sul, Conjunto 4, em Brasília, Distrito Federal, presentes os Acionistas desta Sociedade, representando a totalidade do Capital Social, todos com direito a voto conforme se verifica nas assinaturas constantes do "Livro Presença dos Acionistas", convocados por carta, constando no Registro de Protocolo, o que dispensa o Edital de Convocação, e de acordo com o depósito antecipado dos títulos representativos das ações na Sede da Sociedade, realizou-se a Assembléia Geral Ordinária, conforme art. 19º, inciso V da adaptação dos Estatutos da Companhia, à Lei nº 6.404, assumiu a presidência o Sr. Aloysio Serwy, Diretor Presidente, convidando a mim Sebastião Sérgio Santana, para compor a mesa na qualidade de Secretário e, declarando instalada a Assembléia, determinou que lesse a "Ordem do Dia", já do conhecimento prévio de todos e do seguinte teor: ARCO S/A — Transportes Especiais — Convocação — Ficam convocados os Senhores Acionistas da ARCO S/A — Transportes Especiais, a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, na sua sede no Setor de Garagens e Concessionárias de Veículos Sul, Conjunto 04. Brasília, Distrito Federal, às 10:00 (dez) horas do dia 30 (trinta) de abril de 1988 (hum mil novecentos e oitenta e oito), para deliberarem a seguinte "Ordem do Dia" a) Apreciação e votação do Relatório da Diretoria, Balanço Geral, Demonstrações Financeiras e Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício de 1987; b) Eleição dos membros da Diretoria, seus honorários e os do Conselho Fiscal; c) Aumento do Capital Social com a incorporação da Reserva de Capital, nos termos da Lei nº 6.404; d) Outros assuntos de interesse social. Brasília-DF, 15 de março de 1988 — Aloysio Serwy. Diretor Presidente. Parecer do Conselho Fiscal — os membros do Conselho Fiscal da ARCO S/A — Transportes Especiais, constituídos pelos Senhores: Dr. Joaquim José Safé Carneiro, brasileiro, casado, advogado, natural de Conceição do Mato Dentro-MG, nascido aos 17.04.34, residente e domiciliado no SHI/Sul QI-03, Casa 13 — Brasília-DF, portador da CI 105 Insc. 242, expedida pela OAB-DF e CIC 000.782.801-28; Dr. Geraldo Albano Safé Carneiro, brasileiro, casado, advogado, natural de Conceição do Mato Dentro — MG, nascido aos 25.06.42, residente e domiciliado na SHI/Sul QI 16/03, Casa 05, Brasília-DF, portador da CI 891 Insc. 11234 expedida pela OAB-DF, e do CIC 004.899.561-49: Dr. Lamartine Ribeiro Guimarães, brasileiro, casado, Engenheiro, natural de Petrópolis-RJ, nascido aos 19.12.29, residente e domiciliado no SHI/Sul 16/02, Casa 30, Brasília-DF, portador da CI 8680/D Registro 121, expedida pela 5ª Região do CREA e CIC 006.431207-00, em reunião na Sede Social, examinaram o Relatório da Diretoria, Balanço Geral, Demonstração do Resultado e demais Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 1987, e são de parecer que devam suas contas serem aprovadas sem nenhuma restrição dos Senhores Acionistas — Brasília-DF, 15 de março de 1988 (Ass.) Joaquim José Safé Carneiro — Geraldo Albano Safé Carneiro — Lamartine Ribeiro Guimarães. Finda a leitura da "Ordem do Dia", e dos documentos-supra, o Senhor Presidente pôs a matéria em discussão franqueando a palavra e quem dela quisesse fazer uso. O Acionista José Cristino de Souza Filho, tomando a palavra, propôs a aprovação das contas da Diretoria, nos têrmos do Relatório apresentado aos Acionistas, com o parecer do Conselho Fiscal. Tomando a palavra, o Senhor Presidente colocou a matéria em discussão, como ninguém se manifestasse, foi a mesma posta em votação, verificando-se ter sido aprovada por unânimidade não votando os impedidos legalmente. Com a palavra, o Senhor Presidente, disse que assim sendo, com a matéria aprovada, encontravam-se as contas e o Relatório da Diretoria e do Conselho Fiscal, relativo ao exercício de 1987, aprovados por unânimidade pelos acionistas. Em seguida o Senhor Presidente declarou que de acordo com os Estatutos Sociais, e, nos termos da convocação deveria a Assembléia eleger a Diretoria para o triênio 1988/1991, bem como os honorários da Diretoria e Conselheiros. Em seguida o Senhor Presidente pôs a matéria em discussão, franqueando a palavra a quem dela quisesse fazer uso. Recebida a eleição com a formalidade de estilo, verificou-se o seguinte resultado; Diretor-Presidente reeleito o Sr. Aloysio Serwy, brasileiro, desquitado, comerciante, natural de Jaboricabal-SP, nascido aos 16.08.36, filho de Sylvanus André Ernest Joseph Serwy e de Maria Elsa Arthur Boostels Serwy, residente e domiciliado nesta capital, à MUDB Conjunto 17, Casa 05, portador da CI 058.615, expedida pelo DFSP/DF e CIC 000.644.591/87; Diretor Administrativo Financeiro — reeleito o Senhor César Vergueiro Ferreira, brasileiro, casado, comerciante, natural de São Paulo/SP, nascido aos 22.05.44, filho de Francisco Cardone Ferreira e de Maria do Amparo Vergueiro Ferreira, residente e domiciliado à SHIS QI 25, Conjunto 03, Casa 20, portador da Carteira de Identidade nº 3.743.744 expedida pela SSP-SP e CI nº 030.233.461/00; Diretor Técnico — reeleito o Sr. Sebastião Sérgio Santana, brasileiro, casado, comerciante, natural de Araxá—MG., nascido em 26.07.45, filho de Geraldo Miguel Santana e de Maria Jovita Santana, residente e domiciliado nesta Capital na QE 13, Conjunto J, Casa 22, Guará II-DF., portador da CI nº 124.487 expedida pela SSP/DF e CIC 003.276.201/10. Em seguida a Assembléia discutiu e aprovou por unânimidade a remuneração de Cz$ 25.000,00 (vinte e cinco mil cruzados), para o período de maio a outubro de 1988 e de Cz$ 70.000,00 (setenta mil cruzados) para o período de novembro a abril de 1989, por reunião para cada membro efetivo do Conselho Fiscal, e sendo fixado em Cz$ 300.000,00 (trezentos mil cruzados) mensais para o período de maio a outubro de 1988 e de Cz$ 900.000,00 (novecentos mil cruzados) mensais, para o período de novembro a abril de 1989 os honorários do Diretor Presidente e em Cz$ 200.000,00 (duzentos mil cruzados) mensais, para o período de maio a outubro de 1988 e de Cz$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzados) mensais, para o período de novembro a abril de 1989, os honorários dos Diretores Administrativo-Financeiro e do Diretor-Técnico. Com a palavra o Sr. Presidente declarou que nos termos da Lei nº 6.404, deverá a Assembléia votar a elevação do Capital Social da Empresa de Cz$ 13.000.000,00 (treze milhões de cruzados) para Cz$ 57.200.000,00 (cinquenta e sete milhões e duzentos mil cruzados), com aproveitamento da Reserva para Aumento de Capital, proveniente das Reservas de Correção do Capital e Reservas de Lucro, constituídas por ocasião do Balanço de Encerramento do Exercício Social de 1987 relativo às 44.200,000 (quarenta e quatro milhões e duzentas mil) novas ações ordinárias no valor unitário de Cz$ 1,00 (um cruzado) cada, totalizando Cz$ 44.200.000,00 (quarenta e quatro milhões duzentos mil cruzados), a serem distribuídas sem ônus para os acionistas na proporção das ações que possuirem, conforme boletim de subscrição de aumento de capital. Logo após, a proposta foi colocada em discussão e como nenhum dos acionistas se manifestasse, foi em seguida posta em votação, sendo aprovada por unânimidade e consequentemente alterado o Capítulo II do artigo 5º dos Estatutos Sociais, passando o mesmo a ter a seguinte redação: O Capital Social será de Cz$ 57.200.000,00 (cinquenta e sete milhões e duzentos mil cruzados), representado por 57.200.000,00 (cinquenta e sete milhões e duzentas mil) ações ordinárias nominativas no valor de Cz$ 1,00 (um cruzado) cada uma. Em seguida foi franqueada a palavra para se manifestarem a respeito do ítem "D" do referido Edital de Convocação. E como ninguém mais desejasse usar a palavra, determinou em seguida a suspensão dos trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta Ata que reiniciada a reunião, foi lida, discutida e aprovada sem nenhuma restrição dos acionistas presentes, sendo por todos assinada. Brasília-DF, 30 de abril de 1988. (Ass.) Aloysio Serwy — Presidente. Sebastião Sérgio Santana — Secretário. José Cristino de Souza Filho, Maria Luiza Vergueiro Ferreira — Paulo Eugênio Maria Modesto Júlio Serwy — Espedicto Quintas — Edson Lobão — César Quintas Guimarães: A presente é cópia fiel da original, lavrada no livro próprio — Brasília-DF, 30 de abril de 1988. Aloysio Serwy — Presidente — Sebastião Sérgio Santana — Secretário.

Brasília-DF, 30 de abril de 1988
ALOYSIO SERWY
Presidente
SEBASTIÃO SÉRGIO SANTANA
Secretário

JUNTA COMERCIAL DO DISTRITO FEDERAL

CERTIDÃO: Certifico que por despacho do Presidente da Junta, fica arquivado e registrado sob número e data estampados mecanicamente.
-JCDF- REG. SOB Nº 16656
20 MAI 1988
PAULO HENRIQUE GOMES DA CRUZ
SECRETÁRIO-Geral

EDITAIS, AVISOS, DECLARAÇÕES

SECRETARIA DO GOVERNO
ADMINISTRAÇÃO DE CEILÂNDIA
COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 001/88-CJ-ACEI

A ADMINISTRAÇÃO DE CEILÂNDIA, comunica aos interessados que realizará no próximo dia 10 de junho de 1988, às 10:00 horas, Tomada de Preços nº 001/88-CJ-ACEI, para fornecimento de alimentação preparada no restante do exercício do ano em curso.

Comunica ainda que o Edital e as especificações encontram-se à disposição dos interessados na Administração de Ceilândia, sito à QNM 13 — Área Especial — Ceilândia Sul.

Ceilândia-DF, 20 de maio de 1988
CLARINDO CARLOS DA ROCHA
Administrador de Ceilândia

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO
EDITAL Nº 15/88-CL-SEA

TOMADA DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE IMPRESSOS DIVERSOS, CLASSES 0803 E 0805.

Data: 09.06.88 — Horário: 09:00 horas.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, torna público, que

na data e horário acima indicados, na sala de reuniões situada no 7° andar do Edifício Anexo do Palácio do Buriti, nesta Capital, reunir-se-á a referida Comissão a fim de receber documentação e proposta de interessados no fornecimento do material objeto do Edital epigrafado.

Cópia do Edital poderá ser obtida no Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, no 6° andar, sala 619, do Edifício mencionado, no horário de 8h30 min às 11h30 min e 14h30 min às 17h30min.

Brasília, 23 de maio de 1988

ALDO LÍVIO DE ARAÚJO
Presidente da
Comissão de Licitação

SECRETARIA DE SAÚDE
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Chamamos a atenção dos interessados para a Concorrência abaixo

CONCORRÊNCIA Nº 006/88 — Contratação de serviços de vigilância para as Unidades Hospitalares da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.
CAPITAL SOCIAL MÍNIMO EXIGIDO: Cz$ 3.000.000,00 (Três milhões de cruzados), realizado e integralizado até a data de abertura da licitação.
DIA DA ABERTURA: 23.06.88, às 09:00 horas.

Outras exigências estão contidas no Edital à disposição dos interessados,no Edifício Pioneiras Sociais, sala 705, SMHS, Quadra 301, no horário comercial, nos dias úteis.

Brasília, 20 de maio de 1988

MARILDA ROSA NUNES
Presidente

(Dias 23, 24 e 25)

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE BRASÍLIA — CEB

AVISO

A COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE BRASÍLIA-CEB, através da Comissão de Licitação-COL, situada no Setor Comercial Sul, Quadra 04, Bloco A, Lotes 106 e 136, em Brasília-Distrito Federal, torna público, para conhecimento dos interessados, que fica adiada a abertura da Concorrência n° 002/88-CEB, para o dia 29.06.88, no mesmo horário.

Brasília, 25 de maio de 1988

WILSON SOARES
DOS SANTOS
Comissão de Licitação-COL

GDF — SECRETARIA DE SAÚDE
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO

Avisamos aos senhores interessados na Tomada de Preços n° 055/88, Processo n° 061.002579/88 para Prestação de serviços de reforma completa de 02 (duas) caldeiras ATA-18 MODELO H-3, que a sua abertura está marcada para o próximo dia 06 de junho às 15:00 horas.

Brasília, 24 de maio de 1988

MARILDA ROSA NUNES
Presidente

SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS SERPRO

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS
NÚMERO: 041/88
OBJETO: 26.000 caixas de papelão distribuição PIS 87/88 formato 310x175x170mm.
DATA RECEBIMENTO DOCUMENTOS P/CADASTRO: Até 03.06.88
DATA /HORA RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 10.06.88 — 10:00 horas
LOCAL: SGAN Quadra 601 Módulo "V" — Subsolo — SETOR DE COMPRAS, Brasília-DF

O Edital de Tomada de Preço poderá ser obtido no endereço acima, no horário comercial.

Brasília,

Brasília, 25 de maio de 1988

COMISSÃO PARA LICITAÇÃO
DE MATERIAIS

TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA S/A — TELEBRASÍLIA
AVISO DE LICITAÇÃO
SELEÇÃO RESTRITA Nº 001/88-160.0

Sr
001/88-160.0
OBJETO
CONFECÇÃO DO JORNAL INTERNO DA TELEBRASÍLIA
DATA 16.06.88 HORA 15.00

Editais completos e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no SIA/SUL — ÁREA DE SERVIÇOS PÚBLICOS, Conjunto «D» — CTO — BL A — Térreo, no horário de 8:00 às 12:00 e de 14:00 às 17:00 horas — Fone: 105-2335 ou 105-2279.

Regulamento de Licitações e Contratações das Empresas do Sistema Telebrás.

Brasília, 9 de maio de 1988
Comissão de Licitação
(DAR — Cz$ 9.000,00)

(DIAS 24, 25 e 26)

TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA S/A
TELEBRASÍLIA
AVISO DE LICITAÇÃO
(ALTERAÇÃO DA DATA DE ABERTURA)
SELEÇÃO RESTRITA
nº 042 /88-320.0

OBJETO: CONFECÇÃO DE UNIFORMES P/ATENDENTES COMERCIAIS

A Telecomunicações de Brasília S/A., comunica aos interessados a alteração da data de abertura das propostas para a SR — 042/88/320.0 de: 30.05.88 para: 06.06.88.

Brasília-DF., 24 de maio de 1988

COMISSÃO PERMENENTE
DE LICITAÇÃO
(DAR — Cz$ 6.000,00)

(Dias 24, 25 e 26)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
SEÇÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÕES
TP Nº 15/88
OBJETO
Fornecimento de xarope, diversos sabores
DATA/HORÁRIO
08.06.88 — 09:00 horas

TP 15/88
OBJETO: Fornecimento de peixe, gelo e crustáceo
08.06.88 — 15:00 horas

Os Editais acham-se afixados na Seção de Licitação e Compras, localizada no Bloco 03, 2° andar, sala 252, do Anexo ao Palácio do Planalto, nesta Capital, onde serão fornecidas cópias aos interessados.

Brasília (DF), 20 de maio de 1988
JORGE RODRIGUES
DA COSTA
Presidente/Comissão

(Dias 25, 26 e 27)

MT — DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM — DNER
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL Nº 02/88
TOMADA DE PREÇOS

O DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM — DNER, através de sua Representação no Distrito Federal sito no Setor de Autarquias Norte — Quadra 03, lote "A", 4° andar do Edifício Núcleo dos Transportes, nesta Capital, torna público que fará realizar no dia 10 de junho de 1988, às 15:00 horas, licitação para execução de Serviços de Operação e Manutenção e Assistência Técnica aos equipamentos do Sistema de Ar Condicionado, Ventilação e Exaustão, instalados nas dependências do Edifício Núcleo dos Transportes, situado no Setor de Autarquias Norte, Quadra 03, lote "A".

Os interessados poderão obter o Edital e informações sobre a licitação no endereço acima citado, sala 41.160/2.

Brasília, DF, 19 de maio de 1988
Engº DOUGLAS PLAUTZ
Presidente da Comissão
Permanente de Licitação

(Dias 23, 24 e 25)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

TOMADA DE PREÇOS Nº 14/88

AVISO

OBJETO — Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva e assistência técnica em máquinas de escrever, elétrica e eletrônica, e calculadoras.

DIA — 06 (seis) de junho de 1988, às 09:00 horas.

EDITAL — Acha-se afixado na Divisão de Licitação e Compras do Departamento de Administração da Diretoria Administrativa da Presidência da República, localizada no Bloco 3, 2° andar, do Anexo ao Palácio do Planalto, nesta Capital, onde serão fornecidas cópias aos interessados.

Brasília (DF), 18 de maio de 1988

ADÃO STRAUB
Presidente/Comissão

(Dias 23, 24 e 25)

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

TOMADA DE PREÇOS Nº 004/88

A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL — IPEA torna público, para conhecimento dos interessados, que às 10:00 horas do dia 10 de junho de 1988, estará reunida com a finalidade de receber propostas para contratação de serviços de limpeza, conservação, jardinagem e vigilância desarmada da área ocupada pelo CENDEC, situada na Av. W/5 Noroeste, Quadra 908 — Módulo E — SGAN.

Os interessados que desejarem cópia do Edital e maiores informações deverão dirigir-se à SEÇÃO DE COMPRAS DO IPEA, no horário normal de expediente, no Edifício do BNDES, Sobreloja, Sala 05, SBS — Brasília-DF.

NIVALDO ROBERTO GOMES
Comissão de Licitação
Presidente

(Dias 25, 26 e 27)